

**FACULDADE HORIZONTALINA  
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**DINARA LAÍS BORTOLUZZI**

**AGROINDÚSTRIA FAMILIAR RURAL E DESENVOLVIMENTO  
ECONÔMICO: UM ESTUDO NO MUNICÍPIO DE DOUTOR MAURÍCIO  
CARDOSO/RS**

**Orientadora: Me. Jaqueline Primo Nogueira de Sá**

**Coorientadora: Dra. Janete Stoffel**

**Horizontalina**

**2013**

**DINARA LAÍS BORTOLUZZI**

**AGROINDÚSTRIA FAMILIAR RURAL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: UM  
ESTUDO NO MUNICÍPIO DE DOUTOR MAURÍCIO CARDOSO/RS**

Trabalho Final de Curso apresentado como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas, pelo Curso de Ciências Econômicas da Faculdade Horizontina.

Orientadora: Me. Jaqueline Primo Nogueira de Sá

Coorientadora: Dra. Janete Stoffel

**Horizontina**

**2013**

**FACULDADE HORIZONTALINA  
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a monografia:**

**“AGROINDÚSTRIA FAMILIAR RURAL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: UM  
ESTUDO NO MUNICÍPIO DE DOUTOR MAURÍCIO CARDOSO/RS”**

**Elaborada por:**

**Dinara Laís Bortoluzzi**

Como requisito para a obtenção do grau de Bacharel em  
Ciências Econômicas

**Aprovado em: 06/12/2013  
Pela Comissão Examinadora**

---

**Me. Jacqueline Primo Nogueira de Sá  
Presidente da Comissão Examinadora  
Orientadora**

---

**Me. Vonja Engel  
FAHOR – Faculdade Horizontina**

---

**Especialista Tiago Neu Jardim  
FAHOR – Faculdade Horizontina**

**Horizontina**

**2013**

Dedico este trabalho ao meu marido Guilherme e a meus pais, Valmir e Leonice, que sempre estiveram ao meu lado, me apoiando e ajudando a superar os obstáculos.

Agradeço a Deus pela vida e pela conquista de mais um passo em minha caminhada. Por Ele iluminar meu caminho, meus dias e por orientar meus pensamentos. Agradeço aos familiares e amigos pela compreensão, apoio e carinho.

*“Quem não luta pelo destino que quer, deve aceitar o futuro que vier”. (Anônimo)*

## RESUMO

Esta pesquisa buscou analisar a contribuição das agroindústrias familiares rurais no município de Doutor Maurício Cardoso, RS, promovendo o desenvolvimento local. A partir dos anos 1980, começaram a surgir grupos de agricultores familiares que passaram a procurar novas alternativas de produção. Dentre as alternativas, que os agricultores familiares encontraram para melhorar suas condições de vida, uma foi a agroindustrialização da produção agropecuária. As agroindústrias surgem para agregar valor ao produto, aumentando a renda recebida pelo produtor. Para atingir o objetivo proposto, realizou-se uma pesquisa com as agroindústrias familiares rurais existentes em Doutor Maurício Cardoso, RS. Através da pesquisa realizada, pode-se inferir que o papel das agroindústrias familiares rurais é de fundamental importância para o município e região onde estão instaladas, visto que as mesmas propiciam aos produtores rurais melhora na renda, no emprego e na qualidade de vida. Também, as agroindústrias familiares rurais de Doutor Maurício Cardoso são relativamente recentes, pois suas iniciativas não ultrapassam 10 anos, sendo suas vendas registradas principalmente através do bloco de produtor rural e de cooperativa. Em relação à renda dos produtores rurais, percebe-se o aumento após a criação das agroindústrias. A melhora nas condições financeiras dos produtores, o aumento do PIB municipal e a arrecadação do município, são condições a serem analisadas pelos administradores municipais para incentivar a criação de agroindústrias no município e, também, a permanência da população jovem em Doutor Maurício Cardoso, visto que ao se criar condições de emprego e renda no local, estes podem permanecer e empreender no município.

Palavras-chave: Agroindústria familiar rural. Desenvolvimento econômico. Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

## ***ABSTRACT***

This research aimed to analyze the role of rural family agribusiness in the city of Dr. Mauricio Cardoso, RS, promoting local development. Since 1980s, it started to emerge groups of farmers who began searching for new production alternatives. Among these alternatives it was agro-industrialization of agricultural production. Agribusinesses appear to add value to the product, increasing the income received by the producer. To reach the paper goal, it was carried out a survey with some of the rural family agribusinesses. It was possible to infer that the role of rural family agribusiness is very important for the city and region where they are installed. They also provide better conditions to farmers improving their income, employment and quality of life. The rural family agribusinesses from Dr. Mauricio Cardoso are relatively recent, because their efforts do not exceed 10 years. Their sales are recorded mainly through block farmer and cooperative. The improvement in the financial conditions of the producers, the increase in the GNP of the city and the raised in collection of taxes need to be analyzed by district administrators to encourage the establishment of agro-industries in the county. Creating conditions of local employment and income could encourage the permanence of young population in Dr. Mauricio Cardoso and, at the same time, the entrepreneurship in the county side.

**Key-words:** Rural Family Agribusiness. Economic development. Human Development Index.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa dos municípios do COREDE Fronteira Noroeste .....	58
Figura 2: População de Doutor Maurício Cardoso em 2010 .....	60
Figura 3: Valor Adicionado Bruto de Doutor Maurício Cardoso em 2010 .....	62
Figura 4: Evolução do Valor Adicionado Bruto de Doutor Maurício Cardoso de 2001 a 2010 .....	63
Figura 5: IDHM municipal por dimensão .....	64
Figura 6: Mapa de Doutor Maurício Cardoso, RS e a localização das agroindústrias .....	66
Figura 7: Tempo de existência das agroindústrias familiares rurais de Doutor Maurício Cardoso, RS .....	67
Figura 8: Número de famílias atuando diretamente nas agroindústrias .....	68
Figura 9: Idade do produtor/responsável pela agroindústria .....	68
Figura 10: Escolaridade dos produtores e colaboradores das agroindústrias .....	69
Figura 11: Destino da produção das agroindústrias .....	70
Figura 12: Rendimento médio mensal antes e depois da constituição da agroindústria .....	71
Figura 13: Faixa etária e sexo da população de Doutor Maurício Cardoso, RS em 2011 .....	73

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Especificidades dos processos produtivos .....	48
Quadro 2 – Especificidades da produção.....	49
Quadro 3 – Estratégias de comercialização .....	50
Quadro 4 - Normas para construção de agroindústrias.....	53

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>12</b>
<b>1 AGROINDÚSTRIA FAMILIAR RURAL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO</b> .....	<b>16</b>
1.1 DESENVOLVIMENTO E CRESCIMENTO ECONÔMICO .....	16
1.1.1 Indicadores de desenvolvimento e crescimento econômico .....	24
1.1.2 O papel da indústria e da agricultura no desenvolvimento econômico .....	31
1.2 A AGRICULTURA E O SETOR AGROINDUSTRIAL .....	37
1.2.1 Agroindústria familiar rural .....	42
1.2.2 Especificações do produto e da atividade agroindustrial .....	47
<b>2 METODOLOGIA</b> .....	<b>55</b>
<b>3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS</b> .....	<b>57</b>
3.1 CARACTERIZAÇÃO DE DOUTOR MAURÍCIO CARDOSO, RS .....	57
3.2 AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES RURAIS DE DOUTOR MAURÍCIO CARDOSO, RS .....	65
3.3 ANÁLISE DOS RESULTADOS .....	74
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>77</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>80</b>
<b>APÊNDICE 1</b> .....	<b>86</b>
<b>APÊNDICE 2</b> .....	<b>90</b>

## INTRODUÇÃO

A agricultura é dependente do que acontece na economia mundial como um todo. As principais transformações ocorridas na agricultura mundial tiveram início com a Revolução Verde<sup>1</sup>, iniciada após o fim da Segunda Guerra Mundial, e seguiu com as transformações mais recentes, em curso a partir do início dos anos de 1990, marcada pela globalização econômica e pela constituição de grandes empresas, agroindústrias e varejistas, que controlam o mercado mundial (NUNES, 2007).

O processo de modernização da agricultura, implementado nas décadas de 1960 e 1970, gerou novas formas de organização da produção, onde promoveu o aumento na produção de grãos (PERES *et. al.*, 2009). Com base nos princípios da Revolução Verde, ao longo das últimas décadas, na economia mundial, os sistemas produtivos agrícolas sofreram alterações importantes. Seus reflexos estiveram presentes em vários países, à medida que se alcançavam ganhos de produtividade via incorporação de novos fatores de produção, tais como o uso de sementes melhoradas, adubos químicos, agrotóxicos e maquinaria agrícola (TEDESCO, 1999).

A partir dos anos de 1980, começaram a surgir grupos de agricultores familiares que passaram a procurar novas alternativas. Essas corresponderam ao desenvolvimento de estratégias de reprodução social, pautadas nas potencialidades endógenas e na realidade vivenciada pelo grupo familiar, diversificando a produção, através da implantação de pomares de frutíferas, bovinocultura de leite, horticultura, entre outros (PERES *et. al.*, 2009).

Dentre as alternativas, que os agricultores familiares encontraram para melhorar suas condições de vida, uma foi a agroindustrialização da produção agropecuária. Peres *et. al.* (2009) diz que a industrialização dos produtos agropecuários é uma alternativa para a sustentabilidade da agricultura familiar.

A partir dos anos de 1990, acompanhou-se uma “explosão” do surgimento de agroindústrias que não nasceram mais com o objetivo de industrializar a produção excedente nem de ser uma das receitas da propriedade familiar rural, mas como a principal fonte de renda e estratégia da propriedade familiar rural (PERES *et. al.*,

---

<sup>1</sup> Revolução Verde “refere-se ao enorme aumento de rendimento de certos cereais nas décadas de 60 e 70, graças ao desenvolvimento de variedades modernas e variedades de alto rendimento” (NORTH, 2006, p. 26).

2009). Assim, e também com a expansão da produção industrial, a agricultura deixou de ser um setor econômico distinto, passando a se integrar à dinâmica da produção industrial, no que ficou conhecido como “agroindustrialização” (TEDESCO, 1999).

A agroindustrialização se estabelece como um fomentador do desenvolvimento econômico brasileiro e gaúcho. A agroindústria familiar rural traz melhorias no meio rural, pois amplia a renda, gera empregos e ajuda na permanência do homem no campo, principalmente os filhos dos agricultores, que antes viam dificuldades para permanecer no campo diante das poucas opções que lhes eram oferecidas. Assim, através das agroindústrias, o produtor pode processar e/ou transformar insumos produzidos em sua propriedade que antes eram comercializados *in natura*, ou seja, sem valor agregado.

A agroindustrialização é um setor da indústria de transformação. Isso se deve, pois a agroindústria engloba atividades industriais para beneficiar, processar e/ou transformar seus insumos *in natura* em produtos industrializados (BECKER, 1989). Reforçando essa constatação, Prezotto *apud* Wesz Junior *et. al.* (2008) afirma que esse tipo de industrialização oferece possibilidades de descentralização da produção, trazendo uma visão de desenvolvimento que dá valor ao meio rural, proporcionando um melhor emprego do espaço territorial, de busca da recuperação e preservação ambiental e de avanços no meio rural.

Peres *et. al.* (2009) reforça que este tipo de atividade também advém do caráter empreendedor de muitos agricultores familiares que, na busca de alternativas para ampliação da renda familiar, encontram na verticalização da produção uma brecha para escaparem das dificuldades encontradas, principalmente financeiras. A insuficiência de terra e a falta de mão de obra são outros obstáculos comuns encontrados na realidade rural.

Uma das atividades que engloba tanto a agricultura como a indústria é a agroindústria familiar. Neste sentido e diante do tema exposto anteriormente, surge a seguinte questão: as agroindústrias familiares rurais existentes no município de Doutor Mauricio Cardoso, RS proporcionam desenvolvimento econômico local?

O desenvolvimento rural depende do surgimento de iniciativas que favoreçam o aumento, a permanência e a reaplicação da renda da agricultura no próprio município, estimulando o comércio local. Portanto, optou-se como tema a

agroindústria familiar e sua influência sobre o desenvolvimento econômico, um estudo através das agroindústrias familiares do município de Doutor Maurício Cardoso/RS no período de 2001 a 2010.

A razão de desenvolver um estudo sobre as agroindústrias familiares rurais está na importância deste setor para o desenvolvimento econômico, pois as agroindústrias familiares produzem alimentos que movimentam a economia familiar do município e do Estado. Outro ponto importante, é que este estudo permitirá utilizar os conhecimentos de economia, adquiridos no Curso de Graduação em Ciências Econômicas, para analisar os efeitos que as agroindústrias proporcionam para o desenvolvimento.

É importante ressaltar que a contribuição do estudo vai além, tornando-se uma importante ferramenta para uma melhor administração do município de Doutor Maurício Cardoso, RS - objeto do presente estudo - e elaboração de propostas de planejamento, visto que o mesmo investe nas agroindústrias familiares. Também, é importante para estudantes universitários de diferentes cursos, visto que há estudos nesta área com diversos enfoques.

Havendo melhorias na qualidade de vida da população pode-se dizer que está ocorrendo desenvolvimento. Assim, o presente estudo tem como objetivo geral: analisar a contribuição das agroindústrias familiares rurais para o município de Doutor Maurício Cardoso, RS, promovendo o desenvolvimento local. Para que o objetivo geral seja atingido, têm-se os seguintes objetivos específicos:

- a) averiguar questões referentes ao crescimento e desenvolvimento local;
- b) caracterizar o setor da agroindústria familiar rural com foco no município de Doutor Maurício Cardoso;
- c) verificar indicadores de crescimento e desenvolvimento, como geração de renda e de emprego, com a implantação das agroindústrias familiares rurais, focando o município em estudo no período de 2001 a 2010.

O presente trabalho foi composto por quatro capítulos para melhor desenvolver o assunto. No primeiro capítulo foi feita uma contextualização do tema, trazendo o problema de pesquisa, a justificativa da escolha do tema e os objetivos que nortearam o estudo.

A seguir, no segundo capítulo, descreve-se a metodologia usada para atingir os objetivos propostos. Ainda, nesse capítulo, detalham-se os tipos de pesquisa, a

unidade de estudo, a forma de coleta e tratamento dos dados e as limitações do método.

No terceiro capítulo apresenta-se a revisão da literatura acerca do tema abordado. Foram tratadas questões sobre desenvolvimento e crescimento econômico e alguns indicadores, dentre eles o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Também, foi feita uma análise sobre o papel da indústria e da agricultura no desenvolvimento econômico. Outros aspectos abordados foram a agricultura e o setor agroindustrial, especificações do produto agroindustrial e a agroindústria familiar rural.

No quarto capítulo foi feita a apresentação e análise dos resultados da pesquisa. Na última parte do trabalho, apresentam-se as considerações finais e as perspectivas para um próximo trabalho, seguido das referências utilizadas e dos apêndices.

# 1 AGROINDÚSTRIA FAMILIAR RURAL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Para que o problema levantado seja respondido, torna-se necessário, primeiramente, expor alguns pontos teóricos sobre o tema em questão para, no próximo capítulo, servirem de base à análise dos resultados. Portanto, a seguir serão apresentados conceitos, definições e alguns indicadores acerca de desenvolvimento e crescimento econômico. Logo após, será feita uma explanação sobre a agricultura e o setor agroindustrial, caracterizando a agroindústria familiar rural. Também será explanado o papel da indústria e da agricultura no desenvolvimento econômico.

## 1.1 DESENVOLVIMENTO E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O desenvolvimento é um fenômeno de natureza social, marcado pelo debate quanto as suas formas de percepção e de aferimento. Isso se deve ao fato, de que o desenvolvimento só existe como tal na medida em que passa a ser percebido como uma situação que causa alterações em determinada sociedade humana. Essas mudanças ocorrem devido a ações individuais e coletivas que podem produzir impactos em seus meios de vida (CONTERATO; FILLIPI, 2009).

O termo desenvolvimento econômico surgiu a partir do século XX, porém, antes mesmo já se falava na ideia por trás do termo. O objetivo daqueles que se ocupavam com as finanças públicas era aumentar o poder econômico e militar do soberano. Pouca era a preocupação com a melhora das condições da vida do povo (SOUZA, 2012).

Os mercantilistas diziam que a riqueza de uma nação dependia do acúmulo de metais preciosos. Para os países que não possuíam minas de metais preciosos em seu território, sugeriu-se uma balança de comércio favorável: receber mais metais com as exportações do que emitir com as importações. Isso significava estimular a indústria, pois seus produtos valiam mais do que os da agricultura e receberiam mais metais preciosos com a venda nos mercados estrangeiros. Preocupavam-se em expandir as exportações que desafogavam os estoques de mercadorias e elevavam o nível de renda e de emprego.

Como reações ao mercantilismo surgiram às escolas fisiocrática e clássica, que se preocuparam com os problemas do crescimento e da distribuição. Para os fisiocratas, o desenvolvimento era gerado na agricultura, por meio da terra. Para essa escola o aumento de investimentos na agricultura elevava a produtividade agrícola e impulsionava o crescimento do resto da economia. Deveria haver a contenção dos gastos em bens de luxo, pois seria indispensável para não afetar a demanda de produtos agrícolas, seus preços e o nível dos investimentos na agricultura. A eliminação das restrições às exportações seria necessária para aumentar o seu fluxo e manter em elevação os preços dos produtos agrícolas, estimulando o desenvolvimento (SOUZA, 2012).

Para a visão clássica, Smith (2003) dizia que o elemento essencial da riqueza de uma nação era o trabalho produtivo. Defende o liberalismo econômico através da teoria da “mão invisível”, a qual aceita uma intervenção mínima do Estado na economia. O comércio livre permite que cada país se especialize naquilo que melhor sabe fazer (com menores custos e maior produtividade). O autor defendia que o Estado deveria apenas regulamentar a concorrência e manter a educação, a saúde e a segurança, e isto sim aumentaria a riqueza total das nações.

A origem do estado nacional moderno, o Renascimento e as grandes descobertas marítimas revolucionaram as relações econômicas. A abordagem do desenvolvimento ficou mais enfatizada a partir das flutuações econômicas do século XIX. Com a concentração de renda e da riqueza em nível mundial, agravada com o surgimento de alguns poucos países industrializados, tornou-se mais evidente a desigualdade entre nações ricas e pobres (SOUZA, 2012).

Fonseca (2006) afirma que a riqueza é uma disponibilidade, ou estoque, de bens que atendem necessidades humanas, ou de determinadas “coisas”, como, por exemplo, ouro e prata, estes usados para conseguir o que fosse necessário para os interesses do país. Devido a essa riqueza, Souza (2012) diz que mesmo no interior dos países industrializados, tornou-se mais evidente o desnível do desenvolvimento entre regiões e classes sociais.

Após a Segunda Guerra Mundial, a maioria dos territórios havia alcançado independência política e, imediatamente, tomaram medidas para estimular o crescimento econômico. Porém, a dificuldade encontrada era conseguir com que os

governos e a sociedade vissem a pobreza como uma condição que requer esforços urgentes para amenizá-la (BALDWIN, 1979).

A questão do desenvolvimento econômico também se tornou mais visível no final dos anos de 1930, com a aplicação da Contabilidade Nacional, originada com a teoria keynesiana. Através dela, começou-se a comparar a renda *per capita* dos países e a classificá-los como “ricos” ou “pobres”. Outros indicadores passaram a ser usados, fazendo com que os países “pobres” fossem classificados como subdesenvolvidos (SOUZA, 2012).

Isso vem ao encontro de Fonseca (2006), o qual ressalta que o desenvolvimento econômico é um fenômeno histórico que foi marcado pelo aumento acentuado da riqueza nacional. É um processo relativamente recente, pois coincide com o aparecimento do capitalismo e com o início da Revolução Industrial.

Baldwin (1979) reforça dizendo que desde 1945 o desenvolvimento econômico tem se tornado o maior problema político e social em âmbito mundial. Segundo o autor, isso se deve às mudanças nas atitudes da sociedade, pois os fatos referentes à pobreza têm estado sempre disponíveis para quem desejar verificar.

Souza (2012) diz que não existe uma definição universalmente aceita de desenvolvimento. Uma primeira corrente de economistas considera crescimento como sinônimo de desenvolvimento. Já uma segunda corrente, diz que o crescimento é condição indispensável para o desenvolvimento, mas não é condição suficiente.

Para diversos autores, desenvolvimento é apenas outro nome para o fenômeno crescimento econômico. Por esta visão, o crescimento econômico é um processo contínuo de progresso científico e sua aplicação à técnica de produção, mediante acumulação de capital. Porém, é possível indagar esta proposição, pois o “progresso da civilização” não foi verificado uniformemente em todas as regiões habitadas do mundo, se concentrou em alguns poucos países (BALDWIN, 1979).

Singer (1977) conceitua crescimento econômico como um aumento contínuo, no tempo, do Produto Nacional Bruto e também no produto *per capita*, em termos reais. Feijó (2007) distingue o crescimento econômico, dizendo que poderá estar acima do crescimento da tecnologia apenas enquanto a economia estiver

convergindo para um caminho de crescimento equilibrado. Quando alcançá-lo, o crescimento da tecnologia determinará todo o crescimento da economia.

Para que ocorra o crescimento econômico, segundo Feijó (2007), deve haver as condições necessárias para tal acontecimento, como o progresso tecnológico e alta taxa de investimento em capital humano. Sendo assim, políticas econômicas esclarecidas conduzirão ao crescimento econômico e, com ele, surgirão oportunidades para o desenvolvimento econômico.

Souza (2012) profere que os economistas que associam crescimento com desenvolvimento, consideram que um país é subdesenvolvido porque “cresce menos” do que os desenvolvidos, embora apresente recursos ociosos, ou seja, não utiliza integralmente os fatores de produção de que dispõe e, portanto, a economia expande-se abaixo de suas possibilidades. A segunda corrente mostra o crescimento econômico como uma variação quantitativa do produto, enquanto o desenvolvimento envolve mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas, instituições e estruturas produtivas. Assim, o desenvolvimento se caracteriza pela transformação de uma economia atrasada em uma economia moderna, eficiente e em conjunto com uma melhora do padrão de vida da população.

Para Fonseca (2006), o desenvolvimento econômico consiste em um processo de enriquecimento das nações e de seus habitantes, ou seja, há desenvolvimento com acumulação de recursos econômicos, sejam eles ativos individuais ou infraestrutura social. Também há desenvolvimento com um crescimento da produção nacional e das remunerações obtidas pelos que participam da atividade econômica.

Desenvolvimento econômico define-se pela existência de crescimento econômico contínuo, em ritmo superior ao crescimento demográfico, envolvendo mudanças de estruturas e melhoria de indicadores econômicos, sociais e ambientais. Compreende um fenômeno de longo prazo, implicando o fortalecimento da economia nacional, a ampliação da economia de mercado, a elevação geral da produtividade e do nível de bem-estar da população, com a preservação do meio ambiente (SOUZA, 2012).

Delfim Neto (1999) interpreta desenvolvimento como um jogo cooperativo entre três parceiros: os trabalhadores, os empresários e o governo, onde é preciso construir instituições que, sem prejudicar a eficiência, garantam aos trabalhadores

uma eficaz realidade participativa. Eles têm que se perceber parte integrante e respeitada do processo de crescimento.

Por sua vez, Baldwin (1979) define o desenvolvimento econômico como um processo dinâmico e sequencial. Mudanças em uma série de variáveis ocasionam alterações em outras que, por sua vez, podem produzir acréscimos na renda *per capita*.

De maneira geral, segundo Souza (2012), uma definição completa de desenvolvimento envolve além de indicadores econômicos e sociais, a questão da preservação do meio ambiente. Com o passar do tempo, o crescimento econômico tende a esgotar os recursos produtivos escassos, como exemplo pode-se citar que o crescimento econômico acelerado pode provocar o desmatamento de florestas. A atividade agrícola tende a ocupar vastas áreas de terras onde se encontravam florestas. A atividade produtiva pode poluir as fontes de água e o ar, interferindo no clima e no regime de chuvas, etc.

O autor ainda ressalta que, com o desenvolvimento, a economia adquire maior estabilidade e diversificação, o progresso tecnológico e a formação de capital tornam-se progressivamente fatores endógenos, isto é, gerados no interior do país. O desenvolvimento econômico se caracteriza por mudanças de estruturas econômicas, sociais, políticas e institucionais, com melhoria da produtividade e da renda média da população.

Portanto, o desenvolvimento econômico não pode ser confundido com crescimento, pois a expansão nem sempre favorece a economia como um todo. Feijó (2007) destaca que o desenvolvimento, além de crescimento econômico, requer políticas públicas e ações privadas que possam espalhar os benefícios do crescimento, alcançando um número maior de pessoas.

Mesmo que a economia cresça, a taxas relativamente elevadas, o desemprego pode não estar reduzindo na rapidez necessária, tendo em vista a tendência contemporânea de robotização e informatização do processo produtivo. O crescimento econômico precisa superar o crescimento demográfico para expandir o nível de emprego e a arrecadação pública, a fim de permitir ao Governo realizar gastos sociais e atender as pessoas mais carentes. Assim, há uma melhora nos indicadores sociais, incluindo melhores níveis de educação e consciência ambiental (SOUZA, 2012).

Vale notar a contribuição de Delfim Neto (1999), o qual destacou que para ser possível o crescimento de longo prazo é necessário que o país possua estabilidade macroeconômica. Isso implica níveis de inflação baixos e previsíveis, política fiscal estável e responsável, taxa de juro real adequada, taxa de câmbio real de equilíbrio e previsível, balanço em conta corrente em situação considerada sustentável, com ampla cobertura comercial e taxas de crescimento próximas ao pleno emprego e um sistema financeiro bem regulado e sólido.

Em outro momento, Feijó (2007) ressalta a importância das políticas públicas e ações privadas para expandir os benefícios do crescimento e gerar desenvolvimento econômico para um número maior de pessoas. O importante para o desenvolvimento do país é ter uma boa infraestrutura, qualidade em educação, saúde, comunicação, saneamento, entre outros.

Quando se discute desenvolvimento não se deve deixar de citar Schumpeter, que fala do desenvolvimento econômico através de inovação. Schumpeter (1985) chama as inovações de novas combinações. O produtor inicia a mudança econômica através de novas combinações e os consumidores são educados por ele, se necessário, ou seja, são ensinados a querer “coisas” novas ou que se diferenciam em um aspecto ou outro daquelas que tinham o costume de utilizar.

Segundo o autor, produzir significa combinar materiais e forças. Produzir outras “coisas”, ou as mesmas “coisas” de maneira diferente, significa combinar diferentemente esses materiais e forças. Na medida em que as novas combinações aparecerem descontinuamente, surge então o fenômeno que caracteriza o desenvolvimento. Ressalta que são essas novas combinações que geram o desenvolvimento.

Schumpeter (1985) desenvolve esse conceito onde engloba cinco casos de novas combinações - inovações:

- a) introdução de um novo bem, um bem que os consumidores ainda não estão familiarizados ou uma nova característica de um bem;
- b) introdução de um novo método de produção, método esse que ainda não tenha sido testado pela experiência no ramo da indústria de transformação, que de modo algum precisa ser baseado numa descoberta cientificamente nova, e pode consistir ainda em novo modo de manejar comercialmente uma mercadoria;

- c) abertura de um novo mercado em que o ramo particular da indústria de transformação do país não tenha ainda entrado, quer esse mercado tenha existido antes ou não;
- d) conquista de uma nova fonte de oferta de matérias-primas ou de bens semimanufaturados;
- e) estabelecimento de uma nova organização de qualquer indústria.

Souza (2012) fala que a teoria schumpeteriana enfatiza o lado da oferta e descuida-se da demanda. Porém, aspectos de demanda podem estar na origem das inovações, estas resultam de aspectos econômicos e não apenas técnicos, o seu aparecimento necessita de fatores explicativos e elas são tratadas exogenamente.

Como a teoria schumpeteriana enfatiza o lado da oferta, deve-se analisá-la no sentido de verificar o emprego dos fatores de produção através de novas combinações, estimulando a economia. Schumpeter (1985) chama a atenção para a realização de novas combinações, que significa o emprego diferente da oferta de meios produtivos existentes no sistema econômico.

Para Schumpeter (1985), o fenômeno fundamental do desenvolvimento econômico é chamado de “empreendimento”. O “empreendimento” é a realização de novas combinações, onde os “empresários” são os indivíduos cujo papel é realizar essas novas combinações. Os “empresários” não são somente os homens de negócios autônomos em uma economia de trocas, mas todos que de fato preenchem a função pela qual é definido o conceito, mesmo que sejam empregados “subordinados” de uma corporação. Como a realização de combinações novas é que constitui o empresário, não é necessário que ele esteja permanentemente ligado a uma empresa individual. A função do empresário é combinar os fatores produtivos, reuni-los e colocá-los em prática.

De acordo com Baldwin (1979), a teoria schumpeteriana apontou que a maior parte dos investimentos é feita por homens de negócios. O empresário é motivado por vários desejos, como, por exemplo, aumentar seu nível de renda. O papel do empresário é colocar em prática, em uso as inovações, para empreender novas combinações de fatores produtivos, ou seja, a essência do empresariado é colocar algo novo no mercado.

Na agricultura, a criação de agroindústrias se caracteriza como um “empreendimento”, investimento realizado por “empresários rurais”. Estes

vislumbram o novo negócio por meio da geração de renda e emprego na atividade rural. As inovações se realizam através da introdução de uma nova característica em uma matéria-prima, da criação de um novo mercado, da introdução de um novo processo para industrializar o insumo ou através do estabelecimento de uma nova indústria, a indústria de transformação.

Não se pode deixar de conceituar também o desenvolvimento local que, de acordo com Buarque (2008), nessa transição para um novo paradigma do desenvolvimento mundial está associado a um processo acelerado de globalização com a intensa integração econômica e a formação de blocos regionais. O autor conceitua desenvolvimento local como sendo um “processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais” (BUARQUE, 2008, p. 25).

Isso vem ao encontro de Barquero (2001), o qual conceitua esse processo de desenvolvimento como “um processo de crescimento e de mudança estrutural no qual a organização do sistema produtivo, a rede de relações entre atores e atividades, a dinâmica de aprendizagem e o sistema sociocultural são determinantes no processo de mudança” (BARQUERO, 2001, p. 49).

O autor ainda destaca que o desenvolvimento econômico local ocorre devido à transferência de recursos das atividades tradicionais para as modernas. Também ocorre através de inovações, o que determina uma elevação do bem-estar da população.

O desenvolvimento econômico local não é simplesmente o reflexo de um processo de desenvolvimento nacional em uma dada localidade. O que caracteriza o processo de desenvolvimento econômico local é o protagonismo dos atores locais na formulação de estratégias, na tomada de decisões econômicas e na sua implementação (PORTAL DO DESENVOLVIMENTO LOCAL, 2013).

Quando a localidade é capaz de utilizar o potencial de desenvolvimento e liderar o processo de mudança estrutural, segundo Barquero (2001), pode-se dizer que se trata de desenvolvimento local endógeno. Isso se deve, pois está baseado na ideia de que localidades e territórios dispõem de recursos econômicos, humanos, institucionais e culturais que formam o potencial de desenvolvimento.

O desenvolvimento local deve mobilizar e explorar as potencialidades locais e contribuir para aumentar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade

da economia local. Também, deve garantir a conservação dos recursos naturais locais. O desenvolvimento local é decorrência de múltiplas ações convergentes e complementares, capazes de quebrar a dependência e a inércia do subdesenvolvimento e do retardamento em localidades periféricas e de gerar uma transformação social na região (BUARQUE, 2008).

O desenvolvimento local não é um receituário de medidas completas, nem padronizadas, para serem aplicadas em qualquer lugar. Entretanto é uma estratégia de ação coerente com os princípios e os pressupostos ecológicos e humanistas (MARTINS, 2002).

Com base no exposto acima, pretende-se, a seguir, explanar sobre alguns indicadores de crescimento e desenvolvimento econômico. Os indicadores, avaliados de forma conjunta, servem como meios para uma análise mais detalhada da realidade do estudo proposto, tendo em vista que o termo deriva da palavra *Índex*, que por sua vez, significa apontador, sinalizador, proveniente do Latim *Indicare*, que significa apontar (SIMÕES *et. al.* [s.d.]).

### **1.1.1 Indicadores de desenvolvimento e crescimento econômico**

Os indicadores são a descrição, por meio de números, de um determinado aspecto da realidade, ou números que apresentam uma relação entre vários aspectos. Os indicadores permitem acompanhar, por exemplo, mudanças da qualidade de vida de determinado local, num determinado período (KAYANO; CALDAS, 2002).

Segundo os próprios autores, indicadores são um instrumento, ou seja, o indicador não é um fim em si, mas um meio. O indicador é um instrumento que sintetiza um conjunto de informações em um “número” e, deste modo, permite medir determinados fenômenos entre si, ou ao longo de determinado tempo. Também, indicadores podem ser utilizados para verificação, observação, demonstração e avaliação, ou seja, permite observar e mensurar determinados aspectos da realidade social: medem, observam e analisam a realidade de acordo com um determinado ponto de vista.

Existem indicadores que, se analisados separadamente, apenas nos mostram o crescimento econômico da economia como, por exemplo, o Produto Interno Bruto

(PIB). Para analisar o desenvolvimento econômico devem-se analisar outros indicadores, como a escolaridade da população e o nível de saúde, ou seja, indicadores que expressam a qualidade de vida da população.

De acordo com Passos e Nogami (2003), o grau de desenvolvimento de um país é notado pela análise de alguns indicadores que se relacionam em termos de estrutura. Esses indicadores compreendem três grandes grupos: sociais, vitais e econômicos. Nos indicadores sociais encontram-se a estrutura social, a mobilidade social, a representação no sistema político, a participação social e o sistema de concentração da propriedade.

Segundo os mesmos autores, no grupo dos indicadores vitais estão:

- a) esperança de vida ao nascer, que indica o número de anos que um recém nascido viveria, considerando-se os padrões de mortalidade vigentes no período em que a criança nasceu;
- b) taxa de mortalidade infantil, que representa a quantidade de crianças que morrem antes de completarem um ano de idade em um grupo de mil nascidos vivos, em certo período de tempo;
- c) estrutura etária da população, que representa a proporção da população total na População Economicamente Ativa (PEA) do país;
- d) taxa média anual de crescimento populacional, calculada pelo método exponencial entre os extremos de determinado tempo.

Nos indicadores econômicos, segundo Passos e Nogami (2003), encontram-se:

- a) estruturais, que relacionam os elementos que formam a base econômica da sociedade, entre eles a força de trabalho, os recursos naturais, o capital, a estrutura de produção e a distribuição de renda;
- b) disponibilidade de bens e serviços, que compreende conjunto de informações que permitem o bem-estar da sociedade, como a renda *per capita*, bens básicos de consumo, bens produtivos e insumos, serviços básicos e serviços sociais.

Nos anos de 1990, constatou-se na América Latina o aparecimento de uma nova consciência acerca do desenvolvimento. Entre 1950 e 1981, o PIB da região foi multiplicado por cinco, em termos reais, e o crescimento da renda *per capita* acompanhou o crescimento demográfico (2,7%), passando de US\$420 para

US\$960, a preços de 1970. Os indicadores sociais da região melhoraram no período: a vida média passou de 50 para 65 anos; a taxa de mortalidade infantil reduziu-se de 130 por mil para 50 por mil; a educação primária universalizou-se; a taxa de natalidade reduziu-se de 4,5% para 3%. Assim, os indicadores sociais estavam melhorando, apesar do crescimento da dívida externa e da inflação. A melhoria desses indicadores depende tanto da educação e da conscientização social dos governantes, como do aumento da renda *per capita* (HIRSCHMAN *apud* SOUZA, 2005).

O crescimento da renda *per capita* é fundamental para melhorar indicadores sociais. Porém, além desse indicador, devem-se considerar indicadores que possam apresentar melhorias sociais, como alimentação, atendimento médico e odontológico, educação, segurança e qualidade do meio ambiente. Também, medidas destinadas a reduzir a pobreza podem ser indispensáveis quando for grande o contingente de pessoas carentes (SOUZA, 2012). Ou seja, além da renda *per capita*, do indicador de crescimento econômico, deve-se analisar os avanços sociais, sem deixar de ressaltar a importância da distribuição de renda através de programas sociais para as populações mais pobres, para que isso possa trazer melhores resultados nos indicadores de desenvolvimento.

Tendo em vista que o desenvolvimento econômico é definido pelo aumento contínuo dos níveis de vida, compreendendo maior consumo de produtos e de serviços básicos para o conjunto da população, torna-se necessário considerar vários indicadores que possam refletir tanto melhorias sociais como econômicas (SOUZA, 2005).

O autor ainda ressalta que, tradicionalmente, a renda *per capita* tem sido usada como o principal indicador de desenvolvimento. É um indicador importante, mas, como média, camufla a distribuição de renda, não refletindo o nível de bem-estar da população de baixa renda, que pode ser bastante numerosa. Economias com renda muito concentrada possuem alta renda *per capita* e, ao mesmo tempo, um número reduzido de pessoas ricas, estando à maioria da população vivendo na miséria.

A renda *per capita* se altera no momento em que a força de trabalho está desempregada ou empregada e recebendo salário sobre sua produtividade. O mercado de trabalho tem grande impacto sobre a renda e a qualidade de vida da

população. Segundo Parkin (2009), a população é analisada em dois grupos: População em Idade Ativa (PIA) e os indivíduos que são muito jovens para trabalhar ou que vivem em instituições e são incapazes de trabalhar.

A População em Idade Ativa (PIA), de acordo com Bacha e Lima (2006), é subdividida em População Economicamente Ativa (PEA) e população não economicamente ativa. Fazem parte da PEA as pessoas que estão aptas ao trabalho e desejam isso, independente se estão ou não trabalhando, incluindo, portanto, as pessoas que estão desempregadas e procuram emprego e as que estão trabalhando. As pessoas não economicamente ativas são pessoas aptas a trabalhar, porém não procuram emprego e não trabalham.

Segundo Parkin (2009), a força de trabalho de uma nação é a soma das pessoas empregadas e das desempregadas. Para uma pessoa ser considerada empregada, esta deve possuir um emprego integral ou parcial. Já para ser considerada desempregada, a pessoa deve estar disponível para trabalhar e deve se encaixar em alguma destas categorias:

- a) sem trabalho, porém nas últimas quatro semanas empenhou-se para encontrar emprego;
- b) aguardando ser chamado de volta ao emprego do qual foi dispensada;
- c) esperando iniciar em um novo emprego dentro de trinta dias.

Assim, percebe-se que o conceito de desenvolvimento econômico amplia o conceito de crescimento econômico ao incluir na análise, indicadores que contemplam a melhoria das condições de vida da população, que não necessariamente crescem com a melhoria das condições econômicas. Dentre os fatores que expressam mudanças qualitativas destaca-se a pobreza, o desemprego, a desigualdade, a saúde, a nutrição, a educação e a moradia (LOURENÇO; ROMERO, 2002).

A preocupação crescente com a defesa dos direitos humanos e a conscientização cada vez maior da importância do indivíduo dentro da situação econômica tornaram possível o aparecimento de formas mais elaboradas para se medir o desenvolvimento (PASSOS; NOGAMI, 2003).

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2013a), o conceito de desenvolvimento humano nasceu definido como um processo de ampliação das escolhas da população para que ela tenha habilidades e

oportunidades para ser aquilo que deseja ser. Diferentemente da perspectiva do crescimento econômico, que analisa o bem-estar de uma coletividade apenas pela renda que ela pode gerar, a abordagem de desenvolvimento humano procura contemplar as pessoas, suas oportunidades e aptidões. Sendo assim, a renda é um importante indicador, mas deve-se considerar como um dos meios do desenvolvimento, e não como seu fim. Há uma mudança de perspectiva com o desenvolvimento humano, onde o foco é transferido do crescimento econômico para o ser humano.

O conceito de Desenvolvimento Humano também parte da hipótese de que para aferir o avanço na qualidade de vida de uma população, é preciso ir além do viés econômico e considerar outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana. Esse conceito é à base do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) (PNUD, 2013a). O principal indicador que pode mostrar o desenvolvimento de um local é o IDH. Este indicador analisa três aspectos relevantes para o bem-estar da população, sendo eles a renda, a educação e a saúde.

O objetivo da criação do Índice de Desenvolvimento Humano foi o de apresentar um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. O IDH deve ser uma medida geral do desenvolvimento humano, portanto, ele não abrange todos os aspectos de desenvolvimento e não é uma representação da “felicidade” das pessoas, nem indica “o melhor lugar no mundo para se viver”. Democracia, participação, equidade, sustentabilidade são outros dos muitos aspectos do desenvolvimento humano que não são contemplados no IDH (PNUD, 2013a).

Atualmente, segundo o PNUD (2013a), os três pilares que constituem o IDH (saúde, educação e renda) são mensurados da seguinte forma:

- a) uma vida longa e saudável (saúde) é medida pela expectativa de vida;
- b) o acesso ao conhecimento (educação) é medido por: média de anos de educação de adultos, que é o número médio de anos de educação recebidos durante a vida por pessoas a partir de 25 anos; e a expectativa de anos de escolaridade para crianças na idade de iniciar a vida escolar, que é o número total de anos de escolaridade que uma criança na idade de

iniciar a vida escolar pode esperar receber, se os padrões prevalecentes de taxas de matrículas específicas por idade permanecerem os mesmos durante a vida da criança;

- c) o padrão de vida (renda) é medido pela Renda Nacional Bruta (RNB) *per capita* expressa em poder de paridade de compra (PPP) constante, em dólar, tendo 2005 como ano de referência.

Para efeito de análise comparada, o PNUD (2013a) estabeleceu quatro principais categorias para determinar o nível de desenvolvimento de uma economia. Dentre o total de países incluídos no cálculo – 187 países em 2011 – 25% dos países que obtiveram o maior índice fazem parte da classificação de desenvolvimento humano muito elevado; sendo os 25% com menor índice, classificados como de baixo desenvolvimento. Os demais são classificados com desenvolvimento elevado ou médio.

De acordo com o relatório do PNUD (2013a), em 2010 o Brasil estava em 73º lugar na classificação do IDH global com índice de 0,699. Neste mesmo ano, a Noruega apresentou o 1º lugar, possuindo um IDH de 0,938, considerado um nível muito elevado.

Já em 2011, o Brasil caiu para a 84ª posição, com um IDH de 0,718. Essa redução se deve à evolução do IDH de alguns países como Geórgia, Equador e Jamaica, que no ano de 2010 ocupavam a posição 74º, 77º e 80º, respectivamente, e, em 2011, evoluíram para a 75º, 83º e 79º posição.

Em nível dos estados, segundo o PNUD (2013b), o Estado do Rio Grande do Sul, em 2000, estava em 4º lugar no país, com um IDH de 0,814, ficando atrás apenas do Distrito Federal, Santa Catarina e São Paulo com IDH de 0,844; 0,822 e 0,820, respectivamente.

No Brasil é feita uma análise do desenvolvimento humano entre os municípios. Esse índice é conhecido como Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). O IDH e o IDHM são ambos, índices sintéticos que compreendem indicadores das três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. Porém, os indicadores escolhidos para esta composição são diferentes entre o IDH e o IDHM, assim como as fontes de dados (PNUD, 2013d).

Os objetivos dos dois índices são diferentes: o IDH serve para medir o desenvolvimento humano de países em contexto global, ou seja, em relação a si

mesmos, porém inseridos em uma dinâmica pontilhada por outros países. Já o IDHM serve para comparar municípios brasileiros entre si.

As faixas existentes de Desenvolvimento Humano Municipal são:

- a) IDHM entre 0 – 0,499: Muito Baixo Desenvolvimento Humano;
- b) IDHM entre 0,500-0,599: Baixo Desenvolvimento Humano;
- c) IDHM entre 0,600 - 0,699: Médio Desenvolvimento Humano;
- d) IDHM entre 0,700 - 0,799: Alto Desenvolvimento Humano;
- e) IDHM entre 0,800 e 1: Muito Alto Desenvolvimento Humano.

As faixas de Desenvolvimento Humano Municipal não seguem as faixas do IDH Global. Elas foram adaptadas para contextualizar melhor a realidade brasileira. As faixas do IDH Global são divididas em Baixo, Médio, Alto e Muito Alto Desenvolvimento Humano, e seus valores variam a cada ano, pois são calculadas a partir dos valores mais baixos e mais altos observados nos países (PNUD, 2013c).

Segundo o PNUD (2013b), o IDHM do Brasil saltou de 0,493 (Muito Baixo Desenvolvimento Humano) para 0,727 (Alto Desenvolvimento Humano) entre os anos de 1991 e 2010. O IDHM Longevidade (0,816) é o que mais contribui para o nível atual do IDHM do Brasil. Esta evolução da dimensão Longevidade reflete o aumento de 9,2 anos (ou 14,2%) na expectativa de vida ao nascer entre 1991 e 2010. Neste mesmo período, o IDHM Longevidade do país acumulou alta de 23,2%.

O IDHM Educação (0,637) é o que tem a menor contribuição para o valor atual do IDHM do Brasil. Mas de 1991 a 2010, o indicador foi o que registrou o maior crescimento absoluto (0,358) e a maior elevação em termos relativos (129%) entre as três dimensões do índice. Saiu de 0,278 em 1991, para 0,637 em 2010, uma alteração que se deve, principalmente, pelo aumento de 156% no fluxo escolar da população jovem no período (PNUD, 2013b).

No IDHM Renda, o crescimento no período de 1991 a 2010 foi de 14,2%. Apesar do avanço, apenas 11,1% dos municípios avaliados possuem um IDHM Renda superior ao IDHM Renda do Brasil.

Visto isso, infere-se que o desenvolvimento de um local se deve a vários fatores, os quais movem a economia e trazem qualidade de vida à população. O setor agroindustrial tem-se mostrado um ramo eficiente, pois gera renda, emprego e melhora as condições de vida da população rural, promovendo o desenvolvimento

econômico. Por ser esse o objeto de estudo do presente trabalho, a seguir uma análise mais detalhada sobre os setores, industrial e agrícola, será realizada.

### **1.1.2 O papel da indústria e da agricultura no desenvolvimento econômico**

No processo de desenvolvimento, dentro desse contexto, a atividade produtiva do setor agrícola se completará quando agregar valor à produção através da implantação do processo da agroindustrialização, criando uma nova organização social no campo, de parceria associativa entre os produtores e seus familiares, gerando empregos e renda, e proporcionando o desenvolvimento da comunidade interiorana (TEDESCO, 1999).

A agricultura desempenha um papel fundamental no processo de desenvolvimento econômico de um país, dinamizando a indústria, o comércio e os serviços, através de importantes efeitos de encadeamento no resto da economia. O crescimento urbano-industrial também induz o desenvolvimento agrícola, ao demandar mão de obra, matérias-primas e alimentos do setor agrícola (LUCENA, 2000).

Johnston e Mellor *apud* Souza (2012) e Accarini (1987) citam as cinco funções básicas da agricultura sobre o resto da economia:

- a) liberação de mão de obra: liberar mão de obra para ser empregada na indústria e evitar a elevação dos salários pagos, a fim de não deprimir a taxa de lucro e assegurar a acumulação contínua de capital. É característica da trajetória de desenvolvimento econômico a transferência de trabalhadores para atividades onde possam ser empregados mais produtivamente, exigindo a utilização de mão de obra que pode ser totalmente suprida pelo setor agrícola;
- b) fornecimento de alimentos e matérias-primas: fornecer alimentos e matérias-primas para o setor urbano-industrial à medida que a demanda cresce com o desenvolvimento e a intensificação do processo de urbanização. Assim, para cumprir adequadamente essa função, essencial e exclusiva da agricultura, e manter os preços estáveis, a produção e o consumo de produtos agrícolas devem evoluir no mesmo compasso para atender as diferentes finalidades;

- c) geração de divisas: gerar divisas estrangeiras por meio da exportação de produtos agrícolas, para financiar o desenvolvimento, adquirir importações e amortizar a dívida externa. É importante destacar que a simples produção de excedentes não é condição suficiente para possibilitar a geração de divisas. É preciso ter acesso a mercados externos, contar com produtos de qualidade e oferecer preços competitivos. A diversificação das exportações na linha de novos produtos e mercados pode contribuir para atenuar esse risco e propiciar maior estabilidade à receita cambial;
- d) transferência de poupança para o setor urbano: transferir poupanças para inversões na indústria e para a implantação de infraestrutura econômica e social. Durante as fases iniciais do processo de desenvolvimento, não é incomum a receita para o financiamento de infraestruturas serem proveniente da agricultura;
- e) expansão do mercado interno: constituir mercados para bens industriais, complementando os mercados urbanos. O setor agrícola pode contribuir para a expansão do mercado interno de formas alternativas, como consumir bens e serviços finais produzidos por setores urbano-industriais, empregar fertilizantes, defensivos, tratores e outros fatores de produção gerados por esses setores ou produzir alimentos e matérias-primas a preços baixos para atender à demanda dos consumidores urbanos.

Além de demonstrar que a importância relativa das funções do setor rural se altera ao longo do processo de desenvolvimento econômico, essas funções precisam ser cumpridas de modo apropriado. Para isso, é necessário gerar excedentes de produção em volumes adequados e a preços satisfatórios e, portanto, com padrões de eficiência econômica e produtividade ajustada a tais necessidades (ACCARINI, 1987).

O autor ainda observa que quando, por alguma razão específica ou um conjunto delas, não é possível atender a essas exigências, o setor rural pode constituir sério obstáculo ao desenvolvimento econômico autossustentado. Tratando-se de uma atividade básica, os reflexos de seu desempenho atingem a evolução de outros setores e, portanto, o comportamento da economia como um todo. Sendo assim, o setor rural pode ser um obstáculo ao desenvolvimento econômico, pois há um grande retardamento no processo de modernização, ou seja,

há um atraso no crescimento da agricultura repercutindo sobre o desenvolvimento da economia.

Além do papel fundamental que a agricultura desempenha no desenvolvimento econômico, também o setor industrial tem sua importância. Segundo Baldwin (1979), a maioria dos líderes políticos e econômicos dos países em desenvolvimento vê a industrialização como a chave para a resolução de seus objetivos de crescimento econômico, como renda *per capita* maior e maiores oportunidades de emprego.

A industrialização de uma região é necessária para promover o desenvolvimento e a expansão das atividades produtivas, aumentando sua participação no Produto Interno Bruto (PIB) e a qualidade de vida da população local (BOTEGA *et. al.*, 2006). O processo de industrialização de um país e a taxa de seu crescimento econômico depende essencialmente da taxa de investimento ou de acumulação de capital. Os investimentos derivam de deliberações de quatro agentes econômicos fundamentais: as empresas privadas nacionais, as corporações multinacionais, as empresas estatais e o próprio Estado (BRUM, 1993).

Segundo Becker (1989), a industrialização é um dos fatores mais importantes de promoção do equilíbrio das forças produtivas de um país, possibilitando um estágio de vida satisfatório em relação às necessidades básicas. A industrialização agrega, recompõe materiais, insumos e matérias-primas, articula de tal forma a economia, que promove a divisão social do trabalho e o impulso de toda a atividade econômica. Surge, então, a conscientização de que a industrialização constitui-se uma alavanca para o progresso socioeconômico, pois a mão de obra é uma das condições para que haja aumento da produtividade em setores que agregam valor na matéria-prima.

O crescimento econômico da América Latina depende do acréscimo da renda média *per capita*, que é muito baixa na maioria dessas nações, e do aumento da população. O aumento da renda média *per capita* só poderá ser obtido de dois modos. Primeiro, por meio do aumento da produtividade, segundo, dada uma determinada produtividade, através do aumento da renda por operário na produção primária, comparada à renda dos países industrializados que importam parte dessa produção. À medida que vai aumentando a produtividade da indústria e melhorando

a renda real *per capita*, essa população tende a se transferir espontaneamente para as atividades industriais (PREBISCH, 1962).

No Brasil, a industrialização realizou-se desde os anos de 1930, através do modelo de substituição de importações. Por volta dos anos de 1950, durante o Plano de Metas<sup>2</sup>, os investimentos concentraram-se preferencialmente em indústrias consideradas chaves, como automóveis, química e construção naval, principalmente na região Sudeste (SOUZA, 2005).

Isso vem ao encontro de Delgado (2009), o qual ressalta que desde a Grande Depressão de 1930, e, principalmente, a partir do Plano de Metas do Governo Juscelino Kubitschek, na segunda metade dos anos de 1950, a economia brasileira foi dominada, até o final da década de 1970, pela ideia da industrialização forçada como instrumento fundamental para a eliminação da diferença que a separava das economias capitalistas industrializadas. Essa ideia concretizou-se como o principal objetivo de política econômica da burocracia estatal e dos formuladores da política pública.

Os países subdesenvolvidos não irão se desenvolver e gerar novas tecnologias produzindo somente produtos primários. Assim, deve-se exportar maior quantidade de produtos manufaturados, incorporar tecnologias, diferenciando os produtos. As indústrias irão auferir maiores lucros e os empreendedores irão sentir-se estimulados a fazer novos investimentos. Esses investimentos poderão ser feitos em infraestrutura, pesquisa e desenvolvimento, inovações tecnológicas, que como consequência criará mais empregos. A população terá um aumento na renda, gerando maior poder de compra, a demanda será em maior quantidade. Logo, a oferta interna de produtos deverá aumentar.

O governo deve criar incentivos para que novas indústrias produzam, prevendo que esse aumento de demanda pode gerar inflação. Outros investimentos também deverão ser feitos, tais como em educação e especialização de mão de obra.

---

<sup>2</sup> O Plano de Metas de Juscelino Kubitschek (1956-1961) visava superar os pontos de estrangulamento da economia brasileira. O Plano de Metas se concentrava em quatro áreas principais: investimentos estatais em infraestrutura, incentivo ao aumento da produção de bens de capital, incentivo à introdução dos setores de bens de consumo duráveis e estímulo à produção de alimentos (SOUZA, 2008).

À medida que as atividades urbanas vão se tornando mais complexas e que as empresas vão exercendo efeitos multiplicadores sobre o setor do mercado interno, o setor urbano-industrial demanda mão de obra, matérias-primas e alimentos do setor agrícola. Observa-se, assim, que há uma forte ligação entre os dois setores, agrícola e industrial, que se intensifica à medida que as estruturas regionais vão se diversificando, significando que a industrialização não se efetua de modo independente da agricultura (SOUZA, 2012).

O autor ainda ressalta que a agroindustrialização surge como opção promissora na transformação de produtos agrícolas e na absorção de trabalhadores rurais. O aumento do emprego verifica-se tanto na agricultura como nas fases intermediárias de beneficiamento, transporte e industrialização dos produtos. A indústria pode beneficiar uma grande variedade de produtos agrícolas, aumentando as exportações, pois estas, quando em estado *in natura*, muitas vezes ficam prejudicadas no caso de produtos perecíveis.

O desenvolvimento da agroindústria familiar tem importantes desdobramentos no território. Ocorrem mudanças no âmbito interno da organização da unidade familiar de produção, no contexto mais amplo da organização da agricultura familiar, na diversificação econômica regional e no fortalecimento de sistemas agroecológicos de produção, entre outros aspectos (MIOR, 2007).

Prezotto *apud* Trentin e Wesz Junior (2005), diz que a agroindústria familiar vem sendo alocada como um importante instrumento propulsor de desenvolvimento sustentável. A agroindústria familiar rural é vista como uma das opções, capaz de impulsionar a geração de novos empregos e de renda, especialmente para os agricultores familiares. Pode proporcionar, também, uma forma de inclusão social e econômica destes agricultores, aprimorando a sua qualidade de vida.

O autor ainda apresenta as vantagens da agroindústria familiar para a sociedade, sendo elas:

- a) geração de renda através da agregação de valor aos produtos agropecuários; geração de postos de trabalho descentralizados, especialmente no meio rural;
- b) produção de alimentos com diversidade e qualidade ampla, considerando principalmente os aspectos sanitários, ecológicos, nutricionais, organolépticos, culturais e sociais;

- c) diminuição do custo de transporte de matéria prima pela aproximação da indústria ao local de sua produção;
- d) destinação adequada dos dejetos e resíduos da produção primária e da industrialização pela possibilidade de aproveitamento como insumo na produção agropecuária;
- e) estímulo ao desenvolvimento das economias locais e regionais pelo aumento do consumo de bens e de equipamentos e insumos produtivos;
- f) aumento da arrecadação de impostos pela dinamização das economias local e regional.

Segundo Becker (1989), a agroindústria faz parte do setor da indústria de transformação e se destaca por ser dinâmica. A agroindustrialização é considerada um setor motriz, pois:

- a) concentra em si mais capital que um agricultor individual ou comerciante de produtos rurais ou qualquer outra organização em torno ao produtor rural;
- b) significa centro único da decisão dentro do complexo rural, representados pelos agricultores em geral, empresários rurais e outros;
- c) concentra a capacidade técnica, como organização, gerência, produção, comercialização, informação sobre a produção agropecuária, sobre as condições do mercado, etc.;
- d) concentra a capacidade financeira, capaz de conseguir e aplicar rapidamente grandes recursos.

De acordo com Tedesco (1999), a teoria de organização industrial chama a atenção para o fato de que o funcionamento da agroindústria para o produtor familiar pode ser um caminho adequado ao desenvolvimento econômico. Lauschner *apud* Tedesco (1999) aponta que a agroindústria, quando bem estruturada em um sistema econômico, tende a integrar a produção e a controlar todo o agronegócio do seu produto.

A agroindústria é o agente principal que direciona e maximiza a eficiência do uso dos insumos e investimentos rurais, pois localiza adequadamente a produção; evita desperdícios e a perda de produtos; reduz os custos de armazenamento, de transporte e das margens de comercialização; valoriza melhor o produto que lhe serve de matéria-prima e diversifica os subprodutos e mercados de destino; entre

outros. Assim, pode-se inferir que constitui um setor-motriz de desenvolvimento e um plano estratégico para o desenvolvimento local.

## 1.2 A AGRICULTURA E O SETOR AGROINDUSTRIAL

O homem não nasceu agricultor: quando surgiu, o *Homo sapiens* era caçador-coletor. Quando começou a praticar os plantios e a criação, não encontrou na natureza nenhuma espécie domesticada. Também, não dispunha de instrumentos adaptados ao trabalho agrícola, mas fabricou-os e tornou-os cada vez mais poderosos. As formas de agricultura estavam baseadas na exploração combinada de várias espécies, segundo modalidades de organização e de funcionamento muito diversas (MIGUEL, 2009).

Ocorreram várias transformações nas bases técnicas agrícolas, consorciado com a mecanização, a quimificação e a especialização da cadeia produtiva do setor primário. O objetivo era, em parte, o aumento da produtividade e da produção de alimentos (TRENTIN *apud* TRENTIN; WESZ JUNIOR, 2005).

A produção do setor agrícola, no início da década de 1960, tinha como base culturas de exportação, como o café e a cana de açúcar, e culturas destinadas ao abastecimento interno, cultivadas normalmente com técnicas intensivas em mão de obra. A partir de 1967, com os militares no poder, introduziu-se fortes mudanças na economia brasileira, as quais incluíram o setor rural (GONZALEZ; COSTA, 1998).

A agricultura brasileira teve características marcadas pelo período colonial, cujos reflexos se fazem presentes até a atualidade, onde se destaca ampla propriedade com exploração da monocultura (PRADO JÚNIOR, 2008). Depois da II Guerra Mundial, começaram grandes avanços na agricultura, e o processo, em escala global, passou a ser conhecido como Revolução Verde.

A agricultura apresentava-se como uma das principais atividades econômicas, com grande potencialidade para incorporar este avanço tecnológico. Através da Revolução Verde, começou-se a compreender que a agricultura desempenhava um papel importante na economia de um país.

Segundo Tedesco (1999), as mudanças na base técnica da agricultura ocorridas pós-década de 1970, privilegiaram certas regiões e produtos, dando margem ao aprofundamento das disparidades na agricultura brasileira. A partir

desse momento, a agricultura passou a ser fornecedora de matérias-primas e mercado consumidor de máquinas e insumos modernos. Dentro desse espaço, a pequena produção que consegue resistir é obrigada a organizar-se em novas bases técnicas, muitas vezes especializando-se num cultivo ditado pelo mercado ou pela agroindústria.

De acordo com Padilha *et. al.* (2005), até a metade do século XX, os agricultores familiares produziam para subsistência, com policulturas. Tinham uma relação familiar com a natureza e produziam em pequenas roças. A produção excedente era comercializada, em alguns casos, nas casas de comércio das comunidades locais ou nas trocas com os vizinhos. A vida ocorria nas comunidades onde havia escolas, igrejas e estabelecimentos comerciais para comprar roupas, remédios, ferramentas e alguns utensílios.

As técnicas agrícolas utilizadas eram as roçadas, com instrumentos manuais e tração animal, chamado também de agricultura tradicional. A preparação do solo, o cultivo e a colheita eram frutos da experiência e passado de uma geração para a outra. Utilizavam como energia a água, o vento, o homem e o animal (PADILHA *et. al.*, 2005).

Na agricultura tradicional, as unidades produtivas são, em geral, pequenas e baseadas na família. O conhecimento existente e aplicado nesta atividade é, em grande parte, resultado de experiência local acumulada ao longo de anos e passada entre gerações, pela observação e pela prática. Deste modo, a agricultura se integra no mercado como supridora de produtos agrícolas para consumo, processamento industrial ou exportação e, também, como consumidora de insumos modernos e dos demais bens e serviços de que necessita (ACCARINI, 1987).

Zulian *et. al.* (2010) afirma que a agricultura familiar contribui significativamente para a produção de alimentos, a geração de renda e o desenvolvimento de todas as regiões do Brasil, tendo papel fundamental no agronegócio<sup>3</sup> brasileiro. Tedesco (1999) diz que, em geral, o produtor que administra individualmente, com sua família, uma área de terra reduzida e emprega nela a mão

---

<sup>3</sup> Agronegócio: “o termo abrange a soma de todas as operações de produção, movimentação, estocagem, transformação e comercialização de produtos e matérias primas oriundas do campo; procura abranger e mostrar por meio de uma visão sistêmica, todas as atividades econômicas relacionadas com o meio agrícola e com as empresas agroalimentares” (RODRIGUES; MARIETTO, 2010, p. 2).

de obra familiar, cuja produção está parcial ou integralmente orientada para o comércio, é chamado de agricultor familiar.

De acordo com Tedesco (1999), a agricultura familiar assume grande importância atualmente. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) (2001) a define com base em quatro especificidades:

- a) área superior a quatro módulos fiscais, quantificados na legislação em vigor;
- b) predomínio da mão de obra da família nas atividades do estabelecimento ou empreendimento;
- c) renda familiar rural originária de atividades vinculadas ao estabelecimento ou empreendimento;
- d) residência no próprio estabelecimento ou em local próximo.

A Lei nº. 4.504 (1964) também define o significado da propriedade familiar. Para os efeitos desta Lei, no Art. 4º define-se

propriedade familiar, o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalhado com a ajuda de terceiros.

Conforme Tedesco (1999), agricultura familiar é entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho do estabelecimento produtivo. O fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem consequências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente.

Trentin e Wesz Júnior (2005) ressaltam a importância da agricultura familiar no Brasil. Percebe-se que ações cooperativas colocam-se na conjuntura quase que elástica dos atores rurais sociais, tanto nas possibilidades de inserção nos mercados, como na criação de uma esfera mútua onde a organização se dá através da criação do capital social.

De acordo com o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) (2009), a agricultura familiar no Brasil, apesar de cultivar uma área bem menor com lavouras e pastagens, é a principal responsável por fornecer alimentos à população. O Valor Bruto da Produção (VBP) por hectare ao ano da agricultura familiar é 89% superior ao gerado pela agricultura não familiar. Em relação às pessoas ocupadas por área

total, a agricultura familiar ocupa quinze pessoas enquanto a agricultura não familiar ocupa somente duas pessoas.

No Brasil, o número de estabelecimentos agropecuários, em 2006, era de 571.260, sendo que cerca de 94,3% destes eram estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar. Já no Rio Grande do Sul, neste mesmo ano, o total de estabelecimentos agropecuários era de 89.604, onde em torno de 93,9% estavam ocupados com a agricultura familiar (IBGE, 2013a).

No momento em que se deu a passagem da condição de agricultor (modelo voltado para a autossuficiência da propriedade) para o sistema de interdependência, o qual marca relações entre o setor rural com o setor industrial e de serviços, esse processo proporcionou grandes benefícios para a sociedade (ARAÚJO *et. al*, [s.d.]). Da relação existente entre o setor rural e o setor industrial, surge o agroindustrial, o qual engloba características de indústria, porém no meio rural com insumos e mão de obra oriundos da agricultura.

A agroindustrialização insere-se nas discussões das mudanças mais atuais do sistema agroalimentar e da agregação de valor aos produtos agropecuários. As transformações no agronegócio têm sido intensas nos últimos anos, principalmente em temas que envolvem meio ambiente, incrementos tecnológicos e a necessidade de maior agregação de valor aos produtos voltados aos mercados internos e externos. Na agricultura familiar, a agregação de valor também é uma necessidade manifestada tanto pelos agricultores, por meio de seus empreendimentos, como pelos agentes de desenvolvimento e pelas próprias políticas públicas (IPEA, 2013).

De acordo com Becker (1989), a agroindustrialização é um setor da indústria de transformação que mais independe dos sistemas econômicos, mas também interfere, direta e indiretamente, na vida socioeconômica. Accarini (1987), ao analisar a agricultura comercial, observa que esta visa obter excedentes para venda e para atender a demanda, contrata trabalhadores, emprega métodos mais aprimorados de produção e comercialização.

Tedesco (1999) vem ao encontro afirmando que ao se introduzir o processo de agroindustrialização em determinada região, cria-se um acontecimento novo, novas oportunidades, novas necessidades e transforma-se uma região importadora de matéria-prima em exportadora de produtos agregados e proporcionadora de renda local.

Segundo IPEA (2013), as experiências de agregação de valor que se relacionam à transformação agroindustrial no ambiente rural possuem um conjunto de características principais:

- a) visam adicionar valor às matérias-primas produzidas pelas próprias unidades de produção, sobretudo na agricultura familiar;
- b) produzem alimentos que podem ser definidos exclusivamente como transformados;
- c) são iniciativas que utilizam pequena e média escala quando ligadas à agricultura familiar;
- d) os alimentos podem servir tanto para o autoconsumo familiar como para comercializar.

Becker (1989), ao se referir sobre a agroindustrialização, explica que este setor é importante, pois introduz transformações na estrutura social e institucional, através de conhecimentos técnicos e científicos, que refletem tanto nos ambientes urbanos quanto rurais. Rastoin *apud* Becker (1989) destaca ainda a importância de se industrializar a matéria-prima originada da agricultura, devido aos seguintes fatores:

- a) superprodução gerada pela atividade com o aumento da produtividade e melhorias técnicas;
- b) dificuldade de conservação dos produtos agrícolas;
- c) desperdício gerados nas atividades agrícolas;
- d) necessidade de criação de maior lucro ao fazendeiro através da geração de novas riquezas;
- e) necessidade de estabelecer uma fonte de conforto, de bem-estar e de progresso.

Na agroindustrialização da produção na agricultura familiar é comum se deparar com graus de mercantilização elevados. Isso se deve a grande maioria dos métodos de processamento de alimentos e a agregação de valor dado à matéria-prima, que requer a adição de algumas substâncias químicas, como enzima, nutrientes, sais especiais, microrganismos, etc., que não há como o agricultor familiar ver num processo próprio de fabricação, pois o mesmo não detém o conhecimento necessário para tal fenômeno (PELEGRINI; GAZOLLA, 2008).

Através da agroindustrialização, os agricultores aumentaram seus conhecimentos e seu nível de informação, devido ao contato com outros atores e instituições ao longo da cadeia produtiva e mercadológica. A agroindústria processadora teve seu dinamismo evidenciado por volta de 1975, expandindo em cerca de 45% seu valor real da produção. Essa expansão foi fruto da nova articulação entre a agricultura/indústria (KAGEYAMA *et. al. apud* TEDESCO, 1999).

Neste contexto, sobressaíram-se as grandes agroindústrias integradoras, impondo uma nova dinâmica ao processo produtivo e que, pelos novos padrões tecnológicos, exigiram um aumento na produção e nos índices de produtividade. Este processo, apesar de consistir em uma estratégia de crescimento de algumas produções familiares, fez aumentar as diferenças socioeconômicas, excluindo aqueles agricultores que não atingissem os padrões impostos, demonstrando, assim, seu caráter seletivo (TRENTIN *apud* TRENTIN; WESZ JUNIOR, 2005).

### **1.2.1 Agroindústria familiar rural**

A agroindústria familiar surge como uma maneira de coprodução entre os agricultores e a natureza, sendo estabelecida pelos agricultores familiares como uma estratégia de desenvolvimento rural alternativa, para conseguirem sair da quebrada agricultura a que se encontravam nos últimos anos (PLOEG *apud* GAZOLLA; PELEGRINI, 2010). Ela é um produto da ação concreta e prática das próprias famílias no seu dia a dia, tentando encontrar soluções para os seus problemas vivenciados (GAZOLLA; PELEGRINI, 2010).

De acordo com Mior (2007), a constituição de agroindústrias rurais pode ser vista como um processo de reconfiguração de recursos (produto colonial), promovido pela agricultura familiar em conjunto com suas organizações associativas e com o apoio do poder público. De um produto conservado para a subsistência da família rural, para consumo na entressafra, o produto colonial processado passa a ser visto pelos agricultores como um produto comercial e, portanto, como fonte de renda da unidade de produção familiar.

Gazolla e Pelegrini (2010) caracterizam brevemente este setor da agricultura familiar, onde se pode dizer que, do ponto de vista da sua existência, a maior parte das agroindústrias existe a menos de dez anos, significando que as iniciativas são

relativamente atuais. Isso se deve, especialmente, a crise do padrão agrícola de desenvolvimento, a procura de diversificação econômica e produtiva, e a programas do governo e políticas públicas existentes na área da agroindustrialização.

Peres *et. al.* (2009), diz que o desenvolvimento da agroindústria familiar permite visualizar a viabilidade econômica do meio rural, refletindo na permanência do homem no campo, principalmente dos filhos e filhas, que antes viam dificuldades diante das poucas opções que lhes eram oferecidas. Na agroindústria familiar são os membros do grupo doméstico que realizam quase todas as tarefas, sejam elas de produção, de obtenção da matéria-prima, do processamento e da elaboração dos produtos, bem como o acesso aos mercados (GAZOLLA; PELEGRINI, 2010).

Em outro estudo, Pelegrini e Gazolla (2009) usaram os principais elementos do conceito de agroindústria que, para ser entendida como familiar, deve compreender os seguintes aspectos:

- a) uma família individual, de um grupo de agricultores ou de um grupo de agricultores associados em rede ou cooperativas que têm, na sua maneira de vida, trabalho e gestão, o formato familiar de administrar o empreendimento;
- b) o empreendimento deve produzir a maioria da sua matéria-prima na própria propriedade rural. Esta matéria-prima necessitará ser utilizada no processamento dos alimentos, podendo, às vezes, ser adquirida de outros agricultores próximos às suas propriedades, porém, não em percentuais elevados;
- c) a força de trabalho utilizada no empreendimento deve ser, na sua maior parte, a própria família, ou seja, as tarefas realizadas nas atividades de administração, de comercialização e do trabalho diário, devem ser realizadas por pessoas do grupo doméstico em questão, podendo haver contratação de força de trabalho externo às agroindústrias, desde que em número pequeno;
- d) a família rural é aquela cujos laços de parentesco e sanguíneos entre os seus membros são históricos, hereditários.

Mior (2007) destaca também outros aspectos que caracterizam a agroindústria familiar rural, tais como:

- a) a localização no meio rural;

- b) a utilização de máquinas e equipamentos em escalas menores;
- c) a procedência própria da matéria-prima em sua maior parte, ou de vizinhos;
- d) os processos artesanais próprios;
- e) a predominância da mão de obra familiar.

Qualquer produção dos estabelecimentos rurais considerada como um tipo de fabricação, transformação ou processamento, implica na existência de uma “agroindústria rural” (IPEA, 2013). Mior (2007) ressalta que a agroindústria familiar rural pode vir a ser um empreendimento associativo, agrupando uma ou várias famílias aparentadas ou não. Outra dimensão importante é que a agroindústria familiar está crescentemente internalizando os aspectos legais, tanto do ponto de vista sanitário como ambiental e fiscal, diante dos organismos de regulação pública.

A agroindústria familiar rural é uma forma de organização onde a família rural produz, processa e/ou transforma parte de sua produção agrícola e/ou pecuária, visando, especialmente, a produção de valor de troca que se realiza na comercialização (MIOR, 2007). De acordo com Araújo (2007), agroindústrias são as unidades empresariais onde acontecem as etapas de beneficiamento, processamento e transformação de produtos agropecuários *in natura* até a embalagem, prontos para comercializar.

Já para Prezotto *apud* Trentin e Wesz Júnior (2005), a agroindústria, quando familiar, pode ser definida como uma unidade de transformação e/ou beneficiamento de produtos agropecuários produzidos pelos agricultores familiares. Ela é gerenciada pelos próprios agricultores e constituída de instalações e equipamentos adequados à escala de produção não industrial tradicional, ou seja, de grandes agroindústrias.

A agroindústria familiar é de propriedade de pequenos agricultores e distinguida pela verticalização da produção. Os próprios proprietários dos empreendimentos produzem e industrializam os insumos. Já a posse e a gestão da agroindústria podem ocorrer particularmente ou em uma forma de organização em grupos de famílias. Quando se pensa em desenvolvimento, a forma associativa aperfeiçoa o espaço e o número de pessoas envolvidas, ou seja, envolve e garante a reprodução de mais atores sociais (TRENTIN; WESZ JUNIOR, 2005).

A matéria-prima que abastece essa agroindústria será produzida na propriedade e, em alguns casos, adquirida dos associados. O baixo custo no

transporte de matérias-primas pode traduzir-se em vantagens de custos, gerando lucros, quando o preço praticado for inferior ao dos concorrentes no mercado, podendo, em decorrência, concorrer igualmente com as grandes indústrias (TRENTIN; WESZ JUNIOR, 2005).

Os autores ainda reforçam que, quando distribuído em comércios locais e regionais, o produto final possuirá algumas vantagens. Além de estar embutida a identidade do território, terá uma origem conhecida, ou seja, ocorrerá uma valorização regional. Portanto, é necessária uma conscientização da população consumidora para, posteriormente, valorizar determinado território. Essa valorização trará um reconhecimento territorial e, por conseguinte, um desenvolvimento rural.

A forma artesanal, colonial ou até mesmo orgânica da agroindústria familiar rural deve ser incluída como uma característica do produto, pois se possui uma consciência no que diz respeito à “forma produção”. Isso já pode ser considerado como uma distinção das pequenas agroindústrias familiares rurais sobre as grandes agroindústrias (TRENTIN; WESZ JUNIOR, 2005).

Isso vem ao encontro de Mior (2007), o qual ressalta que a trajetória tecnológica da agroindústria familiar rural, reside sobre sua capacidade de uso de um saber fazer incorporado na cultura regional. As características socialmente valorizadas pelo consumidor regional são as ligadas às dimensões de qualidade, diferenciada da produção da agroindústria convencional. Assim, os produtos da agroindústria familiar podem se beneficiar pela sua imagem de produção artesanal, colonial e/ou agroecológica.

Para Pelegrini e Gazolla (2008), estas iniciativas em torno da agregação de valor podem ser conceituadas como atividades de produção de matérias-primas agropecuárias e alimentos com sua consequente transformação em derivados alimentares de diversos tipos, ocorrendo neste processo agregação de valor ao produto final. Além disso, é característica destas unidades a predominância do trabalho e administração por parte da própria família. Também, é típico destas experiências a pequena escala de produção e as ligações locais de proximidade com os mercados, sendo muitos informais.

Estas unidades agroindustriais surgem em locais em que há uma agricultura, geralmente familiar, consolidada há algum tempo, e se utilizam de recursos locais, tecnologias apropriadas ao ecossistema local, atendendo a novas demandas

alimentares da população em termos de hábitos culturais e saúde (PELEGRINI; GAZOLLA, 2008).

O desenvolvimento da agroindústria familiar tem importantes desdobramentos no território. Ocorrem mudanças no âmbito interno da organização da unidade familiar de produção, no contexto mais amplo da organização da agricultura familiar, na diversificação econômica regional, no fortalecimento de sistemas agroecológicos de produção, entre outros aspectos (MIOR, 2007).

A emergência de um conjunto de atividades de agregação de valor, pautadas na agroindustrialização, se constitui numa condição fundamental para a concretização de novas estratégias de organização do produtor nas respectivas cadeias de valor. Assim, agricultores passam a vivenciar novos relacionamentos com outros agentes da cadeia produtiva, quais sejam fornecedores de insumos, processadores e distribuidores de alimentos e consumidores. É neste processo que se estabelecem novas redes sociais que poderão se constituir nos pilares para a concretização de redes de aprendizagem e inovação (MURDOCH *apud* MIOR, 2007).

O surgimento desta grande quantidade de formas de agroindustrialização evidencia a existência de um tipo especial de capital social que, aliado ao capital humano (competências acumuladas), ao capital natural e, em menor grau, ao capital econômico, está respondendo à crise ambiental e socioeconômica existente, ao mesmo tempo em que reafirma sua capacidade de iniciativa. Esta situação corrobora com a ideia de uma evolução rumo à constituição de redes horizontais de desenvolvimento rural (MIOR, 2007).

Uma análise da agroindústria rural evidencia, de uma maneira geral, a existência de trajetórias únicas de evolução, diferente da percorrida pela grande agroindústria convencional. Assim, a forma de produção da matéria-prima a ser processada (própria, local, natural e/ou ecológica), os insumos utilizados (naturais e/ou químicos), o tipo de produto e os processos de fabricação (colonial/artesanal), assim como o tipo de relacionamento (relações de confiança e de reciprocidade) existente entre os vários atores presentes ao longo da cadeia (rede) de produção e, especificamente, a relação direta entre produtor e o consumidor são algumas características que conformam, em maior ou menor grau, esta singularidade quando comparada com a agroindústria convencional (MIOR, 2007).

### 1.2.2 Especificações do produto e da atividade agroindustrial

Produto é definido como um complexo de características tangíveis (cor, embalagem, design) e intangíveis (reputação da marca, prestação de serviços pós-venda) que pode ser exposto a um mercado para sua apreciação, compra, uso ou consumo, e que pode atender a um desejo ou a uma necessidade (COSTA *apud* BATALHA, 2009). Em se tratando de produtos agroindustriais, de acordo com Batalha (2009), os mesmos divergem muito uns dos outros. Uma grande maioria consiste em produtos alimentares, mas outros atendem a outras cobiças dos consumidores. Alguns são perecíveis, enquanto outros podem ser armazenados por mais tempo, sem cuidados exagerados.

Os produtos agroindustriais são basicamente bens de primeira necessidade e de baixo valor unitário. Assim, uma variação do preço dos produtos agroindustriais não afeta intensamente a sua quantidade consumida, ou seja, a demanda por produtos agroindustriais não varia expressivamente a fim de reduzir o consumo em uma alta de preços. Portanto, os produtos agroindustriais tem baixa elasticidade-preço da demanda (BATALHA, 2009).

O autor ainda diz que, no caso do Brasil – renda *per capita* baixa e distribuição de renda concentrada –, essa característica da demanda de produtos agroindustriais é menos definida. Como uma parcela considerável da população brasileira não tem acesso à renda suficiente para a obtenção mínima de alimentos, uma elevação do preço pode retirar esses consumidores do mercado e reduzir a quantidade consumida. Assim, pode-se dizer que a quantidade demandada de produtos agroindustriais é relativamente menos sensível às variações de preços.

Os produtos processados em escalas menores geralmente associam-se mais diretamente aos hábitos alimentares da população local, como é o caso da farinha de mandioca na região Nordeste do país e dos embutidos na região Sul. De outro modo, produtos com uma escala de produção mais elevada não são necessariamente parte dos alimentos típicos da região, mas indicam que a produção agroindustrial pode compor uma das estratégias utilizadas pelos estabelecimentos, sejam eles grandes ou pequenos, para sobreviverem em um novo contexto da economia globalizada (IPEA, 2013).

Já a oferta de produtos agroindustriais, segundo Batalha (2009), está subordinada às restrições ditadas pela natureza. Essa dependência em relação à natureza apresenta dois elementos relevantes à oferta agrícola: condições climáticas e período de maturação dos investimentos.

O autor alega ainda que a agropecuária é dependente das condições do tempo, tanto na qualidade dos produtos agrícolas, quanto no volume de produção. Os avanços tecnológicos e a intensificação do uso de capital na atividade agrícola tem permitido a redução desse efeito aleatório dado pelas condições climáticas.

De acordo com Batalha (2009), na produção de bens agroalimentares há várias especificidades que podem afetar positivamente ou não os processos produtivos. São elas:

ESPECIFICIDADES	CONCEITO
Sazonalidade de disponibilidade de matéria-prima	Grande parte das matérias-primas das chamadas agroindústrias de primeira transformação são obtidas diretamente da atividade agropecuária. Essa realidade faz com que seu aproveitamento seja sujeito a regimes de safra e entressafra, sendo que essa característica apresenta dificuldades importantes para a rentabilidade dos capitais investidos e para o planejamento e controle da produção industrial.
Variações de qualidade de matéria-prima	A agropecuária, principal fornecedora de matéria-prima para a transformação agroindustrial, está sujeita as variações climáticas e de técnicas de manejo. Esta característica pode ter impactos profundos na qualidade final do produto transformado. Por isso, a padronização e a regularidade de padrões de qualidade no produto acabado podem ficar comprometidas.
Perecibilidade da matéria-prima	Grande parte dos produtos transformados nas agroindústrias não pode ser estocada por prazos longos, devendo ser manufaturados rapidamente após a colheita e distribuídos ao mercado.
Sazonalidade do consumo	Algumas agroindústrias estão sujeitas a significativas variações de demanda segundo datas específicas, ou variações climáticas nas estações do ano. O impacto dessas variações de demanda compromete o planejamento e o controle da produção agroindustrial, afetando o abastecimento dos produtos para o varejo e o atacado.
Perecibilidade dos bens especiais agroalimentares	A maioria dos produtos processados apresenta alto grau de perecibilidade. A qualidade desse tipo de produto encontra-se associada à velocidade com a qual ele é disponibilizado ao consumidor final.

Quadro 1 – Especificidades dos processos produtivos

Fonte: Adaptado de Batalha (2009)

Existem ainda algumas especificidades importantes, como:

ESPECIFICIDADES	CARACTERÍSTICAS
Qualidade e vigilância sanitária	O consumidor final exige qualidade e quantidade dos alimentos que sejam seguros ao seu consumo.
Aspectos sociológicos dos alimentos	Possuem o objetivo de explicar as rápidas mudanças sociais e culturais que vem atravessando a sociedade e até que ponto exercem influência incisiva sobre a produção dos alimentos.
Condicionantes biológicos e edafoclimáticos dos alimentos	A restrição à geração e difusão tecnológica nos agronegócios torna-se uma peculiaridade no que tange os fatores ligados à inovação no meio rural, pois são condicionados pelas características edafoclimáticas e biológicas.

Quadro 2 – Especificidades da produção

Fonte: Adaptado de Zuin e Queiroz (2006)

Batalha (2009) ainda destaca o impacto da Tecnologia de Informação (TI) no gerenciamento dos sistemas agroindustriais. A TI pode afetar de forma substancial a gestão dos negócios agroindustriais, além de facilitar a busca, o acesso, o armazenamento e a disseminação de informações. A moderna TI deverá cada vez mais servir como instrumento de comunicação e coordenação entre os agentes de um dado sistema agroindustrial.

Portanto, agregar valor aos produtos de origem rural tornou-se uma questão fundamental para os produtores, por meio da qual, esses podem permanecer e alcançar novos mercados (VILCKAS; NANTES; 2006). Ademais, a adoção de estratégias viáveis para a expansão e aplicação do potencial produtivo rural, favorece a proposição de inovações que visem à valorização de seus produtos e a perspectiva de obtenção de lucros na agricultura familiar.

A produção agrícola familiar tem na estratégia de agroindustrialização de seus produtos uma forma viável de promover sua inserção no mercado. Com isso, evita sua descaracterização enquanto unidade de produção autônoma; sua vinculação a empresas oligopolizadas a qual aumenta sua dependência; a excessiva intermediação; e os gargalos de comercialização (WILKINSON *apud* PERES *et. al.*, 2009).

Como faz notar Batalha (2009), existem algumas estratégias das firmas agroindustriais para que alcancem seus objetivos. Estas estratégias correspondem a uma série de ações de curto, médio e longo prazo que permitem o sucesso de sua implantação, sendo elas:

ESTRATÉGIA	CONCEITO
Especialização	Consiste em concentrar as atividades da empresa em determinado segmento de mercado ou na utilização de dada tecnologia. É muito utilizada por pequenas indústrias, que buscam ocupar os espaços de mercado não ocupados pelos grandes grupos empresariais.
Integração vertical	Aquisição de empresa por meio da transferência ou partilha de competências essenciais semelhantes ou complementares no canal de distribuição vertical. Segundo Dowell e Cavalcanti (2012), a integração vertical ocorre quando diferentes processos de produção - desde o insumo até a venda final ao consumidor - que podem ser produzidos separadamente, por várias firmas, passam a ser produzidos por uma única firma. Ela pode ocorrer entre dois ou mais processos contínuos de produção, onde o produto de um processo é o insumo para o outro subsequente. É também um instrumento de propriedade e de total controle sobre estágios vizinhos de produção ou distribuição. De modo particular, a firma verticalmente integrada tem uma completa flexibilidade de tomar as decisões sobre o investimento, o emprego, a produção e a distribuição de todos os estágios que a firma possui.
Diversificação	Pode se dar através da diversificação via produtos ou via mercados. Uma empresa pode diversificar através da entrada em mercados que não atuava, utilizando produtos diferentes ou os mesmos. Também, pode manter os mercados originais da empresa e diversificar somente os produtos com os quais ela concorre neste mercado.
Inovação	Pode ter repercussão não somente sobre atividades da empresa, mas também sobre todo o setor. Uma inovação tecnológica pode ser desenvolvida de maneira interna ou externa à empresa.
Fusões e aquisições	União de duas ou mais empresas com o objetivo de partilha ou transferência de recursos e ganhos em força competitiva do setor agroindustrial.
Estratégias de corte	Associada a situações de grave crise na empresa. Elas podem significar desde cortes de despesas, visando recuperar a posição concorrencial da empresa, passando pela retirada de linha de produção de determinados produtos ou desinvestimento em certos mercados.
Comercialização com produtos naturais	Estratégia ligada à comercialização dos produtos com alguma marca já existente de produtos naturais.

Quadro 3–Estratégias de comercialização

Fonte: Adaptado de Batalha (2009)

A partir de meados dos anos de 1990, as agroindústrias e suas redes sociais passam a conviver com outro ambiente organizacional e institucional. Do ponto de vista da regulação da atividade de processamento e comercialização de alimentos, ocorre o processo de descentralização e ampliação da fiscalização dos aspectos sanitários, fiscais e ambientais de operação dos empreendimentos agroindustriais. Por exemplo, a inspeção sanitária de produtos de origem animal passa também a

ser feita pelos estados e municípios, tal como a vigilância sanitária dos alimentos e medicamentos (MIOR, 2007).

As agroindústrias, para poderem comercializar seus produtos, devem estar legalizadas. De acordo com Kreling (2008), as agroindústrias, quando processam alimentos, devem solicitar o registro ao Serviço de Inspeção Sanitária. Isso se deve à necessidade de garantia da qualidade dos alimentos produzidos, do ponto de vista de sua sanidade em relação à saúde dos consumidores. No Brasil, esse serviço está organizado em três esferas: federal, estadual e municipal. Nos estados, há o Serviço de Inspeção Estadual – SIE, regulamentados por leis próprias, que seguem, na maioria dos casos, as mesmas regras estabelecidas pela legislação federal.

A legalização sanitária trata do registro do processo de agroindustrialização junto aos órgãos competentes, sendo dividida em produtos de origem animal, produtos de origem vegetal e bebidas, sucos e vinagres. A inspeção sanitária dos produtos de origem animal corre em três instâncias: o Serviço de Inspeção Municipal (SIM), o Serviço de Inspeção Estadual (SIE) e o Serviço de Inspeção Federal (SIF). Para cada um dos serviços existe uma delimitação de área de comercialização, ou seja, os produtos legalizados pelo SIM só podem ser comercializados no âmbito do município. Aqueles legalizados pelo SIE podem ser comercializados no âmbito do estado. Para serem comercializados fora do estado, os produtos precisam, portanto, estar legalizados pelo Serviço de Inspeção Federal (MDA, 2007).

A maioria dos produtos de origem vegetal é legalizada de acordo com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), ligado ao Ministério da Saúde. Os órgãos responsáveis pela emissão do Alvará Sanitário são as Coordenadorias Estaduais de Saúde e, em alguns casos, onde ocorreu o processo de municipalização plena da saúde, as Secretarias de Saúde das Prefeituras Municipais (MDA, 2007).

Os sucos de frutas, as bebidas e os vinagres são de responsabilidade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Neste caso, os Estados possuem representação e o processo deve ser encaminhado no Estado. Uma vez obtido o Registro de Estabelecimento e Registro de Produtos, não existe restrição quanto à área de comercialização (MDA, 2007).

O Serviço Único de Atenção a Sanidade Agropecuária, SUASA, é o novo sistema de inspeção sanitária que está em fase de implantação no país. Trata-se

deum sistema unificado e descentralizado, coordenado pela União, como Instância Central e Superior, com a participação dos Estados e do Distrito Federal, como Instância Intermediária, e dos municípios, como Instância Local, através de adesão voluntária. O sistema tem por objetivo garantir a saúde dos animais e a sanidade dos vegetais; a idoneidade dos insumos e dos serviços; e a identidade, qualidade e segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos produtos finais destinados ao consumo (MDA, 2007).

Por meio do Sistema, os produtos inspecionados por qualquer uma das instâncias do SUASA, ou seja, pelos Municípios, Estados, Distrito Federal ou União, podem ser comercializados em todo o território nacional. A importância do SUASA para a agricultura familiar é a facilitação da produção e da inserção dos produtos no mercado formal – local, regional e nacional. Outro fator importante é que, com a descentralização, os trâmites para aprovação e registro dos projetos agroindustriais poderão ser mais rápidos e menos onerosos, podendo, também, impulsionar a implantação de novas agroindústrias. Para os consumidores, por sua vez, tem-se o fortalecimento do foco no controle da qualidade higiênico-sanitária, aumentando a segurança dos alimentos ofertados e comercializados. A inspeção será baseada em Métodos Universalizados e nas Boas Práticas de Fabricação (BPF) (MDA, 2007).

De acordo com Kreling (2008), os requisitos mais importantes no projeto de uma planta processadora de alimentos são as condições de higiene. As condições de processamento devem ser consideradas, viabilizando as etapas de produção e evitando gastos desnecessários. Conforme a Associação Brasileira das Indústrias de Alimentos (ABIA) *apud* Kreling (2008), as normas no que diz respeito à construção da agroindústria são as seguintes:

ESTRUTURA	NORMA
Materiais utilizados	As estruturas devem ser projetadas de forma que não permitam acúmulo prolongado de umidade e resíduos, evitando o desenvolvimento de microrganismos e o aparecimento de corrosão em superfícies metálicas. Os cantos devem ser arredondados e estruturas tubulares são preferidas sob o ponto de vista de higiene.
Pé-direito	A área de processamento deverá ter 4,5 metros ou mais de altura, propiciando boa ventilação e evitando o acúmulo de umidade.
Piso	O piso deve ser resistente às condições de temperatura, umidade, material de limpeza, peso dos equipamentos, movimentação de utensílios e de pessoal. Na área de processamento, deve ser liso, impermeável, de fácil limpeza e não devem ser escorregadios.

(Continua)

(Continuação)

Ralos	Devem ser sifonados e de aço inox com tampas do tipo “abre e fecha” para facilitar a limpeza e garantir a eficiência contra insetos rasteiros.
Forro	Deve ser preferencialmente de PVC branco para facilitar a visualização da sujeira e facilitar a limpeza.
Telhado	Pode-se utilizar cobertura metálica ou telha Brasilit não tóxica. O forro, de preferência duplo, pode ser de material plástico de fácil limpeza.
Paredes	A área de processamento deve ser revestida com azulejos até dois metros de altura, brancos, com rejuntas feito de material impermeabilizado e de cor clara, facilitando a limpeza e proporcionando uma aparência agradável e higiênica do local, e, nas demais áreas, poderá ter superfície lisa, lavável e impermeável, podendo ser utilizada a pintura à base de resina epóxi ou a óleo.
Janelas	Devem ser basculantes ou esquadrias em alumínio, com telas de mosquiteiros de plástico para impedir a entrada de insetos. As portas devem ser de preferência automáticas com molas “vaivém”, duas folhas, em plástico ou alumínio. A área das janelas deve ser de aproximadamente 20% da área de planta baixa. Na escolha da localização das janelas, deve-se, ainda, levar em consideração a direção dos ventos e seu efeito sobre a ventilação, a configuração do terreno e a distribuição dos equipamentos.
Instalações elétricas	Devem ser isoladas para minimizar riscos e facilitar a limpeza. Os cabos com fios elétricos devem estar contidos em tubos vedados, ou devem ser protegidos com placas, que permitam a ventilação e a limpeza. As normas estabelecidas pela ABNT devem ser seguidas, observando-se a capacidade de carga e outros detalhes de segurança e distribuição. As instalações devem ser as mais higiênicas possíveis, protegidas da penetração de água e umidade, e situadas a 1,5 m de altura do piso.
Instalações hidráulicas	Os materiais utilizados devem ser resistentes e as tubulações bem dimensionadas para as necessidades de processamento. As instalações hidráulicas poderão ser visíveis para facilitar sua instalação e manutenção. Devem existir linhas separadas e sem cruzamento das tubulações de acordo com a finalidade, ou seja, a linha de água não potável utilizada na produção de vapor, refrigeração, controle de fogo e outros propósitos, que não entraram em contato com o alimento, não deve cruzar com a linha de água potável.
Instalações sanitárias	As indústrias devem dispor de boas e suficientes instalações sanitárias, limpas, iluminadas e ventiladas, com as portas sempre fechadas, voltadas para área externa para viabilizar a higiene dos usuários.
Vestiários e sanitários	Não devem ter acesso direto à área de processamento e devem ter lavatórios nas áreas de acesso de pessoal, de fabricação e de armazenamento. Os banheiros devem possuir papel higiênico e os tanques para lavagem de panos de limpeza devem ser exclusivos para essa finalidade.

Quadro 4 - Normas para construção de agroindústrias

Fonte: Adaptado de Kreling (2008)

A agroindustrialização da propriedade rural gera vários benefícios para a sociedade e também para a propriedade. Pode-se dizer que a agroindustrialização envolve tanto a agricultura quanto a indústria. Segundo Accarini (1987), a agricultura tem grande participação como fornecedora, direta ou indireta, de alimentos. Para a produção rural necessita-se de diferentes fatores produtivos e técnicas empregadas, da atividade do homem e de vários outros agentes.

## 2 METODOLOGIA

O método é o caminho utilizado para se chegar a um fim (GIL, 2002a). Neste trabalho, dentre os métodos e técnicas a serem empregados, está o método dedutivo, onde parte-se de um contexto estadual para verificar os efeitos para a economia local. Segundo Gil (2002a, p. 32), “o método dedutivo é o método que parte do geral e, a seguir, desce ao particular”. Também, será utilizado o método empírico, o qual busca explicar a realidade. Após definido o método de estudo, torna-se pertinente delimitar o tipo de pesquisa, a unidade de estudo e a forma de coleta de dados.

A pesquisa pode ser classificada como exploratória, explicativa, bibliográfica e levantamento. Em relação à sua finalidade, esta pesquisa foi exploratória e explicativa; em relação aos meios ou procedimentos foi bibliográfica e levantamento.

A pesquisa exploratória, segundo Vergara (2004), é realizada em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado. De acordo com Marconi e Lakatos (2002), a pesquisa é uma investigação com objetivo de formular questões e/ou problema.

Já na pesquisa explicativa, Gil (2002a) diz que as pesquisas explicativas têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou colaboram para o acontecimento dos fenômenos. Esse é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, pois explica a razão das “coisas”.

Em relação aos procedimentos, foram utilizados os recursos da pesquisa bibliográfica que, segundo Gil (2010), é elaborada com base em material já publicado. Este tipo de pesquisa inclui material impresso, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações, anais de eventos científicos e, também, materiais disponibilizados pela Internet. A principal vantagem da pesquisa bibliográfica está no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia ser pesquisada diretamente.

Outro meio utilizado foi o levantamento que, segundo Gil (2010), se caracteriza pela solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para, em seguida, obterem-se as conclusões correspondentes aos dados coletados.

A população e/ou universo são o conjunto de elementos (empresas, produtos, pessoas, etc.) que possuem as características que serão objetos de estudo. População amostral ou amostra é uma parte do universo (população) escolhida segundo algum critério de representatividade (VERGARA, 2004). Assim, neste estudo, o universo analisado foi o Rio Grande do Sul, onde sua amostra foram as agroindústrias familiares existentes no município de Doutor Maurício Cardoso.

A coleta de dados foi realizada através de questionário, formulário e também pesquisa em sites oficiais de institutos de pesquisa. Segundo Gil (2002b), questionário entende-se por um conjunto de questões que são respondidas por escrito pelo pesquisado. Já o formulário é a técnica de coleta de dados em que o pesquisador formula questões previamente elaboradas e anota as respostas.

Portanto, trata-se de dados de fontes primárias e secundárias. Os dados de fontes primárias são as pesquisas (questionários do Apêndice 1 e 2), que foram elaboradas com base em Maia (2008) e Kalkmann (2009), e foram aplicadas para os produtores das agroindústrias familiares de Doutor Maurício Cardoso e Emater do município. Os tipos de informações coletadas foram sobre emprego, renda, produção da agroindústria, escolaridade dos produtores, entre outros.

Já os dados secundários são de sites oficiais de institutos de pesquisa como: FEEDADOS – Fundação de Economia e Estatística; IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Ipeadata - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; MDIC – Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio, entre outros. As informações coletadas são referentes a dados que indicam crescimento e desenvolvimento econômico, tais como a renda, o emprego, a produção, o nível de preços, o Índice de Desenvolvimento Humano do município de Doutor Maurício Cardoso e do Estado do Rio Grande do Sul, entre outros considerados relevantes para o estudo.

Os dados foram compilados em tabela do Microsoft Excel, e após, foram elaborados gráficos e tabelas, para a interpretação das informações coletadas.

Como fator limitador para o presente estudo, destaca-se a dificuldade em encontrar bibliografia relacionada à agroindústria familiar rural e desenvolvimento, devido ao recente aparecimento dessas agroindústrias e controvérsias em relação à conceituação do termo.

### 3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Considerando desenvolvimento um indicador de melhorias na qualidade de vida da população e tendo a agroindústria familiar rural como propulsora do desenvolvimento econômico local, a seguir serão apresentadas informações relativas ao município de Doutor Maurício Cardoso e como suas agroindústrias familiares rurais repercutem sobre o desenvolvimento da região em estudo.

Logo, os dados relativos à pesquisa aplicada nas agroindústrias do município considerados relevantes para o estudo serão compilados em figuras, gráficos e tabelas. A compilação dos dados trará uma melhor compreensão e análise procurando responder ao problema de pesquisa levantado e trazer contribuições ao desenvolvimento local do município estudado.

#### 3.1 CARACTERIZAÇÃO DE DOUTOR MAURÍCIO CARDOSO, RS

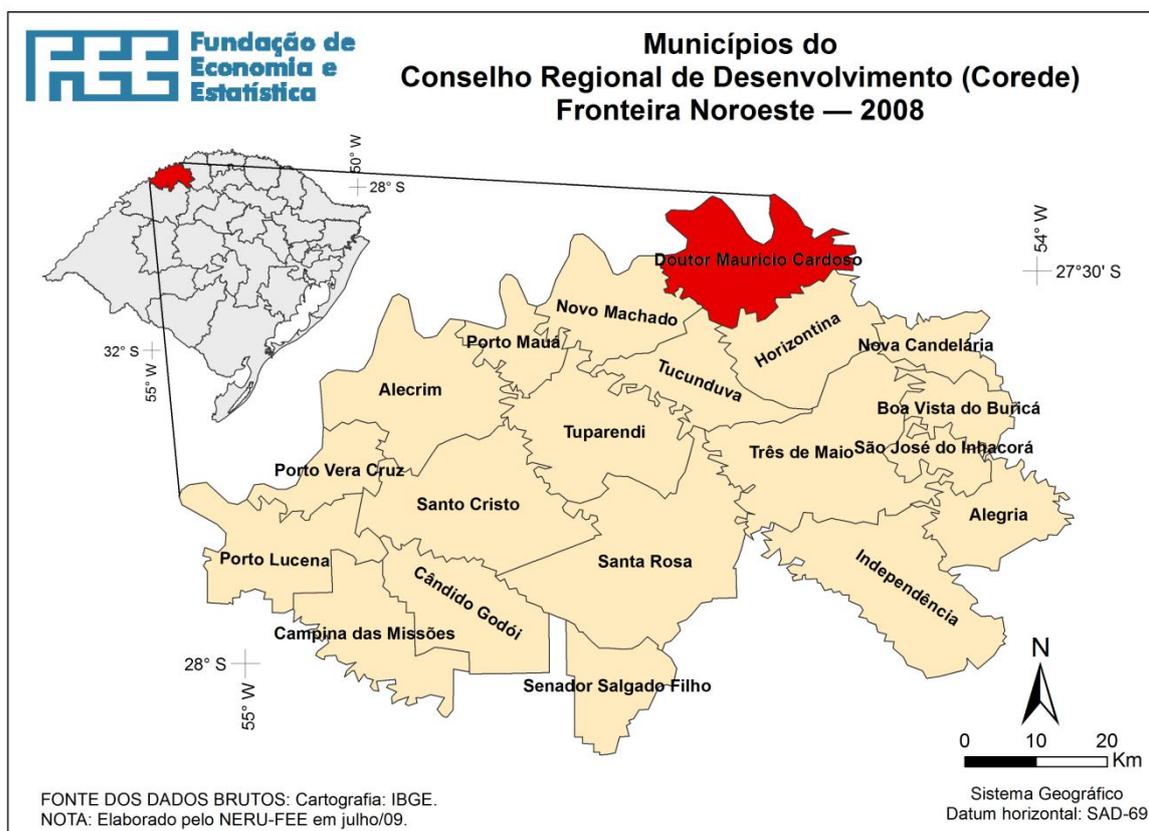
O município de Doutor Maurício Cardoso, segundo IBGE (2013b), está localizado na região Fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul. Está situado às margens do Rio Uruguai, fazendo fronteira, ao norte, com a República Argentina e divisa ao sul com o município de Horizontina, a leste com o município de Crissiumal e a oeste com os municípios de Tucunduva e Novo Machado.

O município se caracteriza com clima subtropical, possui acesso rodoviário na RS 305 e fica a 515 km de distância de Porto Alegre. Possui uma área de 252 km<sup>2</sup>, com uma altitude de 282 m. A localização do município pode ser mais bem visualizada através da Figura 1 abaixo. A Figura 1 mostra a localização do município dentro do Corede<sup>4</sup> Fronteira Noroeste e este dentro do estado do Rio Grande do Sul.

---

<sup>4</sup> COREDE: “Conselho Regional de Desenvolvimento. Constituição Estadual - Art. 166 a 170. Lei 10.283 de 17/10/94 (COREDES) Decreto 35.764 de 28/12/94 (Regulamento). Com os objetivos de: I - formular e executar estratégias regionais, consolidando-as em planos estratégicos de desenvolvimento regional; II - avançar a participação social e cidadã, combinando múltiplas formas de democracia direta com representação pública; III - constituir-se em instância de regionalização das estratégias e das ações do Executivo, Legislativo e Judiciário do Rio Grande do Sul, conforme estabelece a Constituição do Estado; IV - avançar na construção de espaços públicos de controle social dos mercados e dos mais diversos aparelhos do Estado; V - conquistar e estimular a crescente participação social e cidadã na definição dos rumos do processo de desenvolvimento gaúcho; VI - intensificar o processo de construção de uma organização social pró-desenvolvimento regional; VII - difundir a filosofia e a prática cooperativa de se pensar e fazer o desenvolvimento regional em parceria (RIO GRANDE DO SUL, 1994)”.

Figura 1: Mapa dos municípios do COREDE Fronteira Noroeste



Fonte: FEEDADOS (2013).

O município de Doutor Maurício Cardoso tem sua história inserida na da Região Fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul. Com a criação da Colônia Santa Rosa, em 1915, grandes grupos de colonos imigraram à região. Provenientes dos mais diversos pontos do Estado, os imigrantes tinham o objetivo de transformar essa região em uma rica zona de produção agrícola por meio da exploração intensiva da terra (DALCIN *et. al.*, 2011).

O município de Doutor Maurício Cardoso teve seu início por volta da década de 1920, quando chegaram os primeiros colonizadores, na localidade de Pranchada (PREFEITURA DE DOUTOR MAURÍCIO CARDOSO, 2013). Posteriormente, em meados de 1947, formaram-se pequenas comunidades de colonizadores europeus e descendentes, sendo que uma dessas comunidades tornou-se a sede do município, o qual recebeu o nome de Guajuvira. Em 1942, a Esquina Guajuvira passou a se chamar Esquina Doutor Maurício Cardoso, denominação sugerida pelo Sr. Luiz Giacomelli, encarregado pelas demarcações das terras na época, em homenagem ao então Deputado Federal Doutor Maurício Cardoso (DALCIN *et. al.*, 2011).

Os colonizadores, de origem alemã, vieram na sua maioria de São Pedro do Sul e aqui se estabeleceram, constituindo novas famílias, e seus descendentes permanecem neste município até os dias atuais. Estes pioneiros foram Ernesto Wätcher, Paulo Nüske, Adolfo Sulzbacher, Emílio Jung, Alfredo Fröemming e Fernando Nüske (PREFEITURA DE DOUTOR MAURÍCIO CARDOSO, 2013). A vinda dos colonizadores italianos também contribuiu muito para o desenvolvimento da região, tanto na agricultura quanto na questão cultural.

Nos primeiros anos, a alimentação foi um grave problema, era difícil conseguir farinha de trigo e de milho, além de outros produtos. Com o tempo, os colonos montaram seus próprios moinhos em cada localidade. As famílias passaram a semear seu próprio trigo e milho e manter sua própria farinha. Os italianos não só desbravaram as matas, cultivaram o solo, espalharam lavouras, mas também foram implantadores de fabriquetas e povoados (PREFEITURA DE DOUTOR MAURÍCIO CARDOSO, 2013).

A colonização apresentou rápida expansão, devido à fertilidade das terras para produção de alimentos, tanto para consumo próprio quanto para o mercado consumidor, que absorvia o excedente, apesar das dificuldades de transporte (FREDDO *et. al.*, 2010).

A Esquina Maurício Cardoso, que pertencia inicialmente a Santa Rosa, e por último a Horizontina, cresceu e se tornou uma comunidade economicamente forte e bem estruturada. Despertou as lideranças para a emancipação a partir de 1986, o que viera a ser confirmado em 20 de setembro de 1987, desmembrando-se de Horizontina. Em 8 de dezembro de 1987, a Lei Estadual nº 8455 oficializou a criação do município de Doutor Maurício Cardoso, que fora institucionalizado em 1º de janeiro de 1989 (PREFEITURA DE DOUTOR MAURÍCIO CARDOSO, 2013).

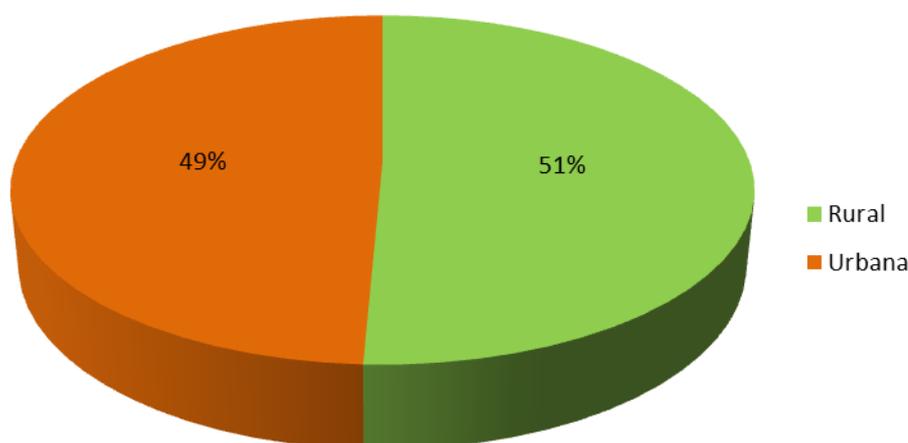
Os principais pontos turísticos do município são: Capelinha Santa Luzia; Marco da Colonização Polonesa; Balneário Ilhas do Chafariz e o Balneário Londero (IBGE, 2013b).

A Capelinha Santa Luzia foi construída em 1938, em Vila Pitanga, como pagamento de uma promessa da família Pandolfo, estando distante 3 km da sede. Os imigrantes poloneses construíram uma cruz após sua chegada em agradecimento à boa viagem que realizaram. Localizado nas águas do Rio Uruguai, o Balneário Ilhas do Chafariz, são duas ilhotas argentinas, local propício para banho.

O Balneário Londero é uma área de lazer também propícia para banho, distante 14 Km da sede (IBGE, 2013b).

De acordo com a FEEDADOS (2013), em 2010 a população de Doutor Maurício Cardoso era de 5.313 pessoas, sendo que destas, 2.694 pessoas viviam na zona rural e 2.619 na zona urbana. Conforme a Figura 2, em torno de 51% da população vive na zona rural e 49% na área urbana do município, ou seja, a população, em sua maioria, vive no meio rural, mostrando as origens de sua economia, essencialmente agrícola.

Figura 2: População de Doutor Maurício Cardoso em 2010



Fonte: Elaborado a partir de dados do FEEDADOS (2013).

A economia essencialmente agrícola possui características mini fundiárias. O comércio local apresenta-se com uma diversidade de opções e qualidade no atendimento. As potencialidades do município são trabalhadas para promover o desenvolvimento e destacar Doutor Maurício Cardoso na região noroeste, com o turismo, a agricultura e a cultura local (PREFEITURA DE DOUTOR MAURÍCIO CARDOSO, 2013).

A região possui uma tradição histórica de mobilização comunitária para pensar e construir suas alternativas de desenvolvimento. No início da construção das colônias, a prioridade concentrava-se nas atividades produtivas de subsistência. O modelo de organização social construído a partir dos referenciais da imigração

passou a vivenciar o seu esgotamento, em torno da década de 1950, marcando o início da crise na agricultura familiar da região. A necessidade de agregar mais valor à produção passou a instigar produtores e lideranças quanto à busca de alternativas frente à situação (DALLABRIDA; BÜTENBENDER, 2006).

A baixa rotatividade de culturas e a falta de técnicas qualificadas de preservação e correção do solo ocasionaram a queda nos níveis de produtividade agrícola, levando a um aumento do custo de produção e a perda da competitividade em relação a outras regiões do estado. Para recuperar a competitividade, a solução proposta pelo empresariado comercial e industrial urbano passava pela modernização da agricultura, pela agroindustrialização, como forma de agregar valor aos produtos, e pela conquista de novos mercados (DALLABRIDA; BÜTENBENDER, 2006).

Para verificar as potencialidades do município, pode-se analisar o Valor Adicionado Bruto (VAB). O VAB é utilizado no cálculo do Produto Interno Bruto (PIB) pela ótica do produto. Ele é a renda gerada por cada setor de atividade na cadeia produtiva. Segundo Rossetti (2003), o PIB, ao ser avaliado por este ângulo, representa a contribuição das diversas atividades econômicas ao esforço social de produção.

O cálculo do VAB é dado pelo valor bruto da produção deduzido do custo com matérias-primas e componentes, usados na produção, o que sobra é a remuneração dos fatores de produção de cada setor, ou seja, o valor adicionado. O valor adicionado bruto serve para medir o produto e a renda.

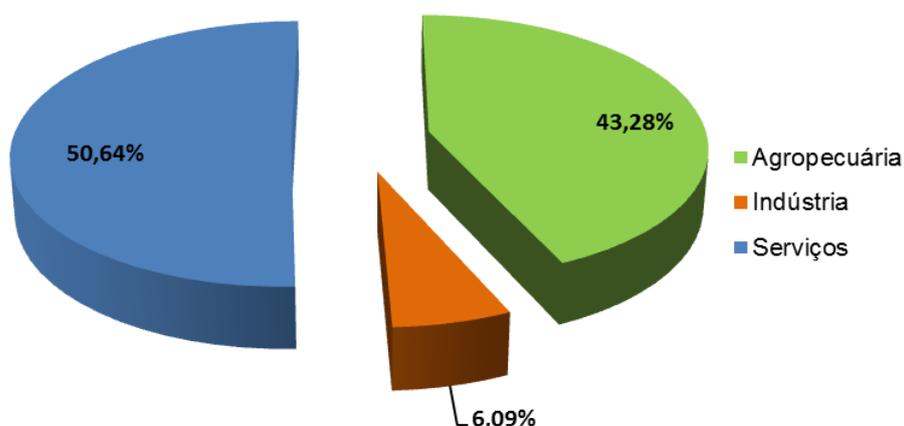
O VAB é avaliado por atividades produtivas. De acordo com Rossetti (2003), o VAB é subdividido em atividades primárias (agropecuária), atividades secundárias (indústria) e atividades terciárias (serviços).

O setor agropecuário abrange as atividades: lavouras, produção animal e seus derivados, extração vegetal, reflorestamento, formação de culturas permanentes e indústria rural. Já o setor industrial compreende toda atividade humana que, através do trabalho, transforma matéria-prima em outros produtos, que em seguida podem ser, ou não, comercializados. De acordo com a tecnologia empregada na produção e a quantidade de capital necessária, a atividade industrial pode ser artesanal, manufatureira ou fabril. E por fim o setor de serviços engloba o

comércio, a intermediação financeira, os transportes e comunicações, o governo, os autônomos e outros serviços (ROSSETTI, 1995).

Pode-se notar através da Figura 3, que o município, em 2010, possuía grande participação do setor de serviços no VAB, o qual perfazia em torno de 50,64% do total. O setor agropecuário no VAB representou, aproximadamente, 43,28%, enquanto o setor da indústria perfaz em torno de 6,09% do VAB total.

Figura 3: Valor Adicionado Bruto de Doutor Maurício Cardoso em 2010



Fonte: Elaborado a partir de dados do FEEDADOS (2013).

De acordo com a Figura 4, pode-se observar a evolução do VAB de Doutor Maurício Cardoso de 2001 a 2010. Percebe-se que o setor de serviços vem crescendo nos anos analisados, enquanto o setor industrial obteve poucas variações apesar de, nos últimos anos, ter apresentado crescimento.

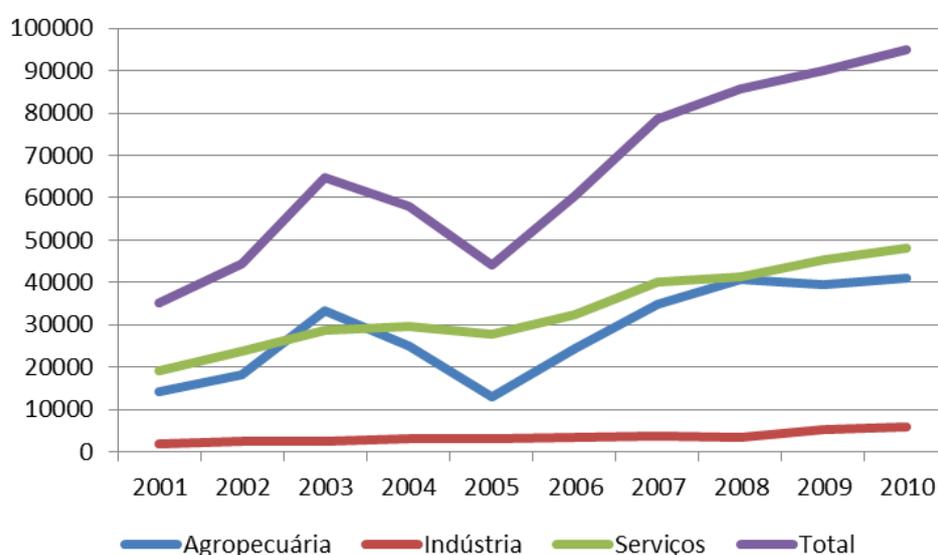
O VAB do município possui grande participação do setor agropecuário e de serviços. Percebe-se que no período o setor agropecuário cresceu 189%, o setor industrial 189% e o setor de serviços 150%.

No ano de 2003 o setor da agropecuária obteve um aumento de 80,9% com relação ao ano anterior. Esse cenário se deve principalmente ao desempenho expressivo na produção de milho, soja e trigo, que neste ano aumentou a produtividade. Em 2004 e 2005, o setor obteve quedas de 24,4% e 48,1% respectivamente. Já em 2006, o setor agropecuário obteve 86,5%, uma grande

recuperação após o ano de 2005, onde houve uma forte estiagem afetou o município e também o estado.

O VAB total segue a tendência do setor agropecuário. Demonstra assim, que a economia do município se baseia nas lavouras, na produção animal e seus derivados, na extração vegetal, no reflorestamento, na formação de culturas permanentes e na indústria rural.

Figura 4: Evolução do Valor Adicionado Bruto de Doutor Maurício Cardoso de 2001 a 2010



Fonte: Elaborado a partir de dados do FEEDADOS (2013).

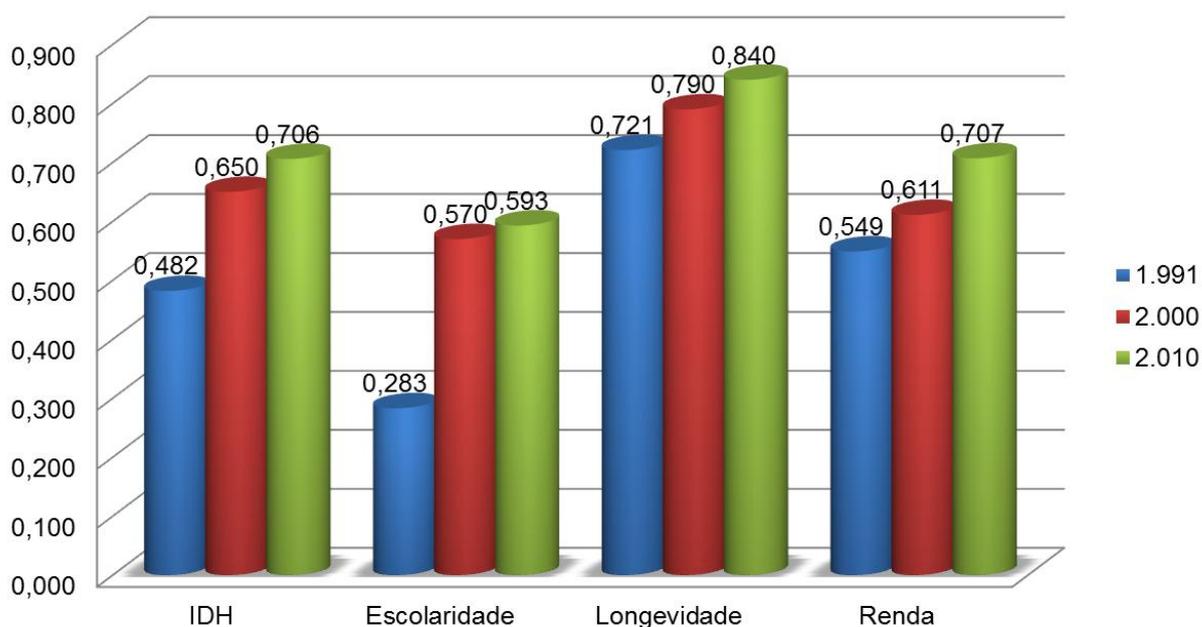
As atividades que englobam o setor da agropecuária são as atividades primárias do Produto Interno Bruto (PIB) municipal. No momento que estes setores se desenvolvem, todo um conjunto de fatores impulsiona a economia municipal para um maior crescimento e desenvolvimento em virtude dos efeitos de encadeamento gerados.

Quando se fala em desenvolvimento, pode-se avaliar o mesmo através do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), pois através dele consegue-se verificar o nível de qualidade de vida da população residente. Este índice verifica a escolaridade, a renda e a longevidade da população.

Pode-se observar, pela Figura 5, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Doutor Maurício Cardoso em 2010, sendo este de 0,706. De

acordo com o PNUD (2013c) e conforme descrito no subcapítulo 3.1.1 anteriormente, o município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799).

Figura 5: IDHM municipal por dimensão



Fonte: Elaborado a partir de dados do IBGE (2013).

Entre 1991 e 2000, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi à educação, que obteve crescimento de 0,287, seguida por longevidade e por renda (PNUD, 2013c). Esse indicador registrou o maior crescimento em termos relativos no Brasil, cresceu em torno de 129% entre 1991 e 2010. Isso se deve, principalmente, ao aumento no fluxo escolar dos jovens no período, conseqüente, em grande parte, ao programa do governo incentivando crianças e jovens a permanecerem na escola.

Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi renda, com crescimento de 0,096, seguida por longevidade e por educação. No Brasil, também houve crescimento dessas dimensões, principalmente na longevidade. Esta evolução da dimensão longevidade reflete o aumento de 9,2 anos, ou seja, 14,2% de crescimento na expectativa de vida ao nascer entre 1991 e 2010.

Doutor Maurício Cardoso teve um incremento no seu IDHM de 46,47% nas últimas duas décadas, abaixo da média de crescimento nacional, que foi de 47,46%, e acima da média de crescimento estadual (37,64%). A distância entre o IDHM do

município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 43,24% entre 1991 e 2010 (PNUD, 2013c).

Em termos de IDHM, destaca-se que o município de Doutor Maurício Cardoso ocupava a 1.077<sup>a</sup> posição no ranking nacional, em 2010, em relação aos 5.565 municípios do Brasil. Destes, 1.076 (19,34%) municípios encontravam-se em situação melhor e 4.489 (80,66%) municípios em situação igual ou pior. Em relação aos 496 outros municípios do Rio Grande do Sul, Doutor Maurício Cardoso ocupava a 204<sup>a</sup> posição. Destes municípios, 203 (40,93%) deles estavam em situação melhor e 293 (59,07%) municípios estavam em situação pior ou igual (PNUD, 2013c).

Visto isso, a seguir foram expostos os dados provenientes das pesquisas realizadas diretamente nas agroindústrias familiares rurais do município para, por fim, inferir-se uma análise sobre as questões ponderadas.

### 3.2 AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES RURAIS DE DOUTOR MAURÍCIO CARDOSO, RS

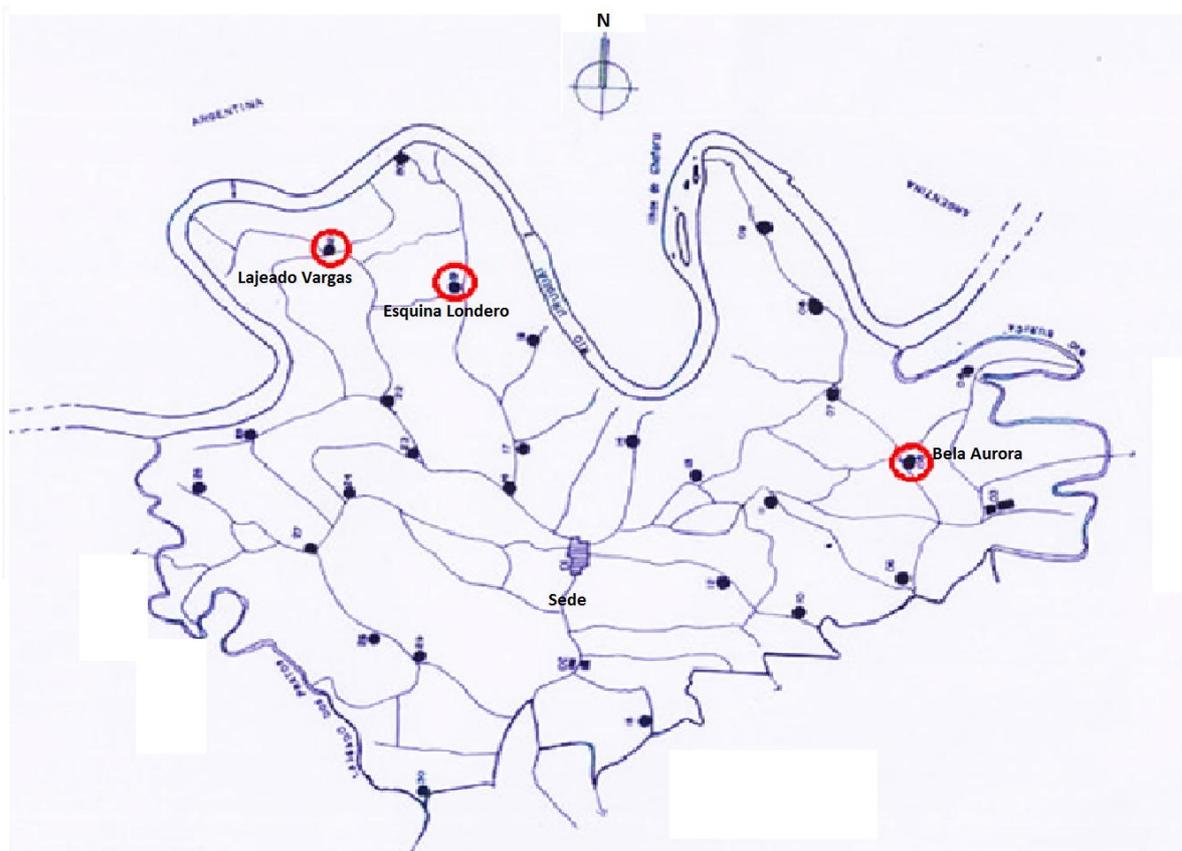
As agroindústrias familiares rurais de Doutor Maurício Cardoso, RS, foram questionadas sobre dados e informações das mesmas. As informações coletadas sobre as agroindústrias são referentes a dados que indicam crescimento e desenvolvimento econômico, tais como a renda, o emprego, a produção, o nível de preços, entre outros considerados relevantes para o estudo e análise.

Os dados foram coletados em duas semanas, onde primeiro foram entregues as pesquisas para que os responsáveis das agroindústrias, durante a semana, pudessem responder as questões. Na semana seguinte, foram recolhidas as pesquisas para compilar os dados. Através da compilação dos dados em tabela do Microsoft Excel, foram elaborados gráficos e tabelas para uma melhor visualização e interpretação das informações coletadas. Demais aspectos referentes à metodologia empregada na pesquisa aplicada ao município em estudo, encontram-se, de forma mais detalhada, no capítulo 2 desse trabalho.

Com base nas informações e dados coletados, infere-se que as agroindústrias familiares rurais estão distribuídas pelo município de Doutor Maurício Cardoso em três localidades, sendo elas: Lajeado Vargas, Esquina Londero e Bela Aurora. Os círculos na Figura 6 indicam a localização das seis agroindústrias

existentes no município. Na comunidade de Esquina Londero existem três agroindústrias, na comunidade de Bela Aurora existem duas e em Lajeado Vargas há uma agroindústria.

Figura 6: Mapa de Doutor Maurício Cardoso, RS e a localização das agroindústrias

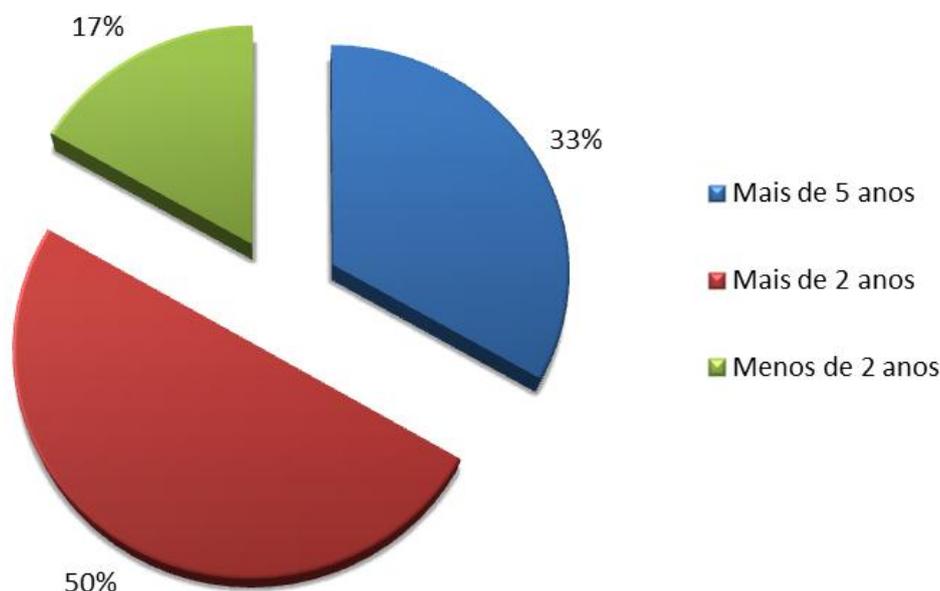


Fonte: Adaptado do IBGE (2013b).

As agroindústrias familiares rurais de Doutor Maurício Cardoso possuem poucos anos de existência. Conforme a Figura 7 percebe-se que a maioria, ou seja, 50% das agroindústrias foram constituídas a mais de dois anos. Em torno de 33% possuem mais de cinco anos e 17% possuem menos de dois anos.

Isso vem ao encontro de Gazolla e Pelegrini (2010), os quais diziam que a maior parte das agroindústrias existe a menos de dez anos, significando que as iniciativas são relativamente atuais. Essa situação se deve, especialmente, a crise do padrão agrícola de desenvolvimento, a procura de diversificação econômica e produtiva, a programas do governo e políticas públicas existentes na área da agroindustrialização.

Figura 7: Tempo de existência das agroindústrias familiares rurais de Doutor Maurício Cardoso, RS



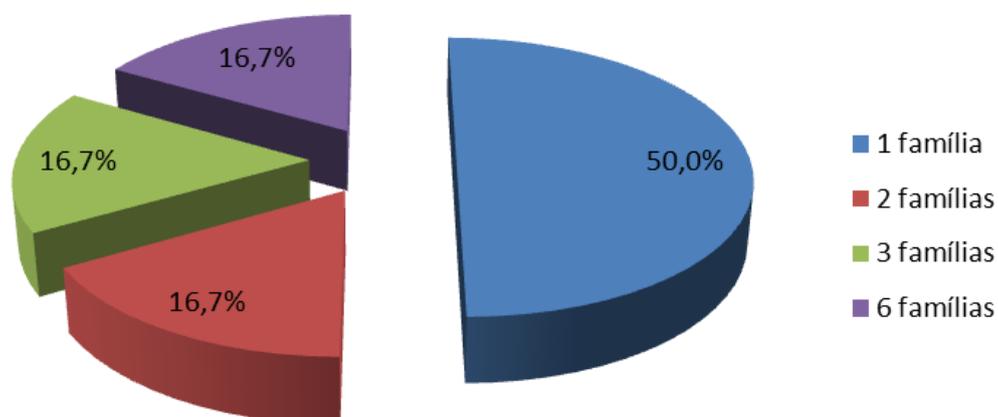
Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa aplicada (2013).

Das agroindústrias existentes e estudadas, 100% delas obteve a ideia de constituir uma agroindústria através da própria opinião familiar. Em torno de 16% também tiveram a colaboração de opiniões advindas de amigos e do governo para começar a trabalhar com a agroindústria.

Conforme Mior (2007) salienta, a constituição de agroindústrias rurais pode ser vista como um processo de reconfiguração de recursos promovido pela agricultura familiar em conjunto com suas organizações associativas e com o apoio do poder público, corroborando com o que foi verificado. Os agricultores percebem que de um produto conservado para a subsistência da família rural, para consumo na entressafra, o produto colonial processado pode ser um produto comercial e fonte de riqueza.

Nas agroindústrias familiares rurais, a base trabalhadora é a família. Apesar de essa ser a constituição base, Mior (2007) destaca que a agroindústria familiar rural pode ser um empreendimento associativo, agrupando uma ou várias famílias. Na Figura 8, nota-se que em torno de 50% das agroindústrias do município possuem apenas uma família atuando diretamente, enquanto os outros 50% possuem duas ou mais famílias exercendo atividades na agroindústria.

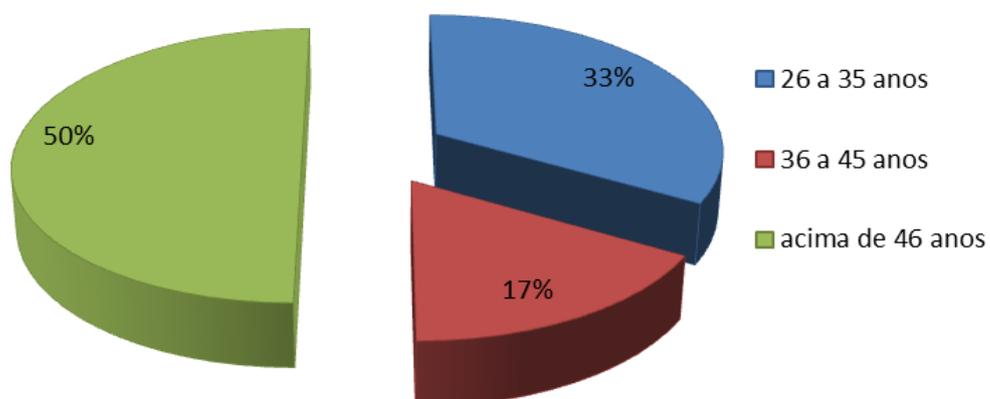
Figura 8: Número de famílias atuando diretamente nas agroindústrias



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa aplicada (2013).

De acordo com a Figura 9, aproximadamente 50% dos produtores responsáveis pelas agroindústrias possuem mais de 46 anos de idade, 33% possuem entre 26 e 35 anos e 16,7% possuem de 36 a 45 anos de idade.

Figura 9: Idade do produtor/responsável pela agroindústria



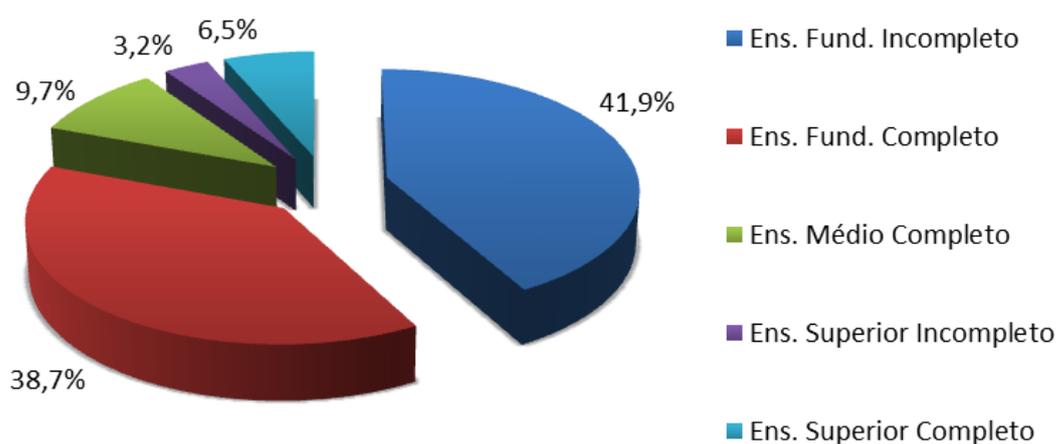
Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa aplicada (2013).

Em média, trabalham mais de cinco pessoas nas agroindústrias, sendo que, destas cinco pessoas, em torno de quatro são pessoas da própria família e apenas um colaborador externo. Destes agricultores que trabalham na agroindústria, em torno de 32,3% são do sexo masculino e 67,7% são do sexo feminino.

Quando analisa-se o Índice Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Doutor Maurício Cardoso, percebe-se que em 2010 o IDHM referente à longevidade foi de 0,840, sendo essa a dimensão que mais contribui em termos absolutos para o nível atual do IDHM de Doutor Maurício Cardoso. Segundo o PNUD (2013c), esta evolução da dimensão longevidade reflete o aumento de 14,2% na expectativa de vida ao nascer entre 1991 e 2010 no Brasil como já destacado anteriormente.

Em relação ao nível de escolaridade, visualiza-se através da Figura 10 que em torno de 41,9% dos trabalhadores das agroindústrias possuem Ensino Fundamental Incompleto e, aproximadamente, 38,7% cursaram e concluíram o Ensino Fundamental. Apenas 6,5% dos trabalhadores das agroindústrias possuem Ensino Superior.

Figura 10: Escolaridade dos produtores e colaboradores das agroindústrias



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa aplicada (2013).

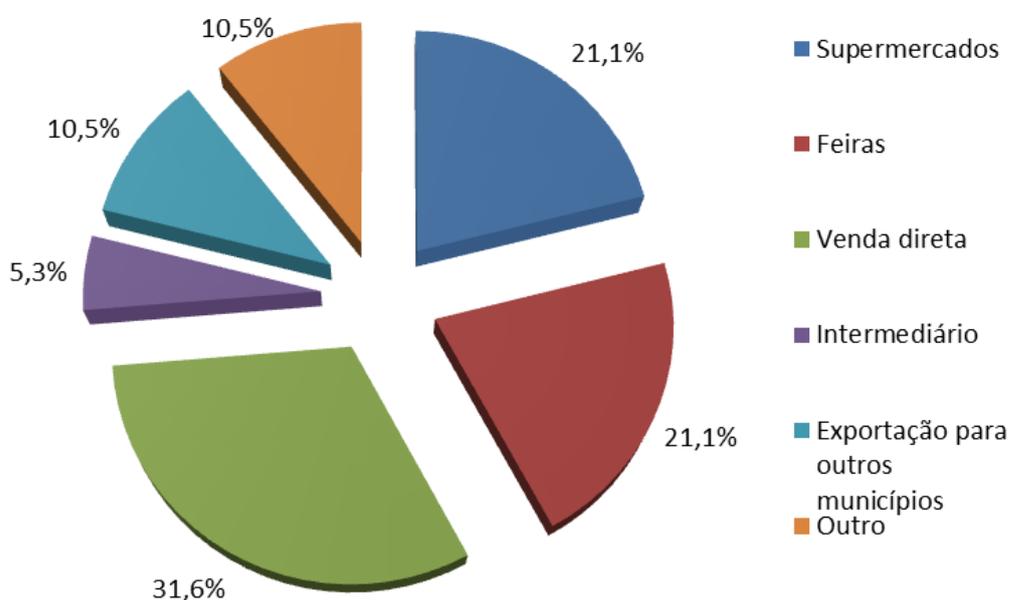
Em se tratando dos insumos para a fabricação dos produtos agroindustriais, em um estudo Pelegrini e Gazolla (2009) estabeleceram alguns elementos para o

conceito de agroindústria. Um destes elementos é que o empreendimento deve produzir a maioria da sua matéria-prima na própria propriedade rural, podendo também ser adquirida de outros agricultores próximos às suas propriedades, porém, não em percentuais elevados. Trentin e Wesz Junior (2005), já destacavam que a matéria-prima que abastece a agroindústria familiar rural deve ser produzida na propriedade e, em alguns casos, adquirida de associados.

De acordo com a pesquisa realizada com as agroindústrias familiares do município, os insumos para fabricação de seus produtos são provenientes, principalmente, do próprio estabelecimento (83,3%). O restante vem do comércio local, com famílias vizinhas ou com outras cidades.

Após a fabricação dos produtos, estes são destinados para a venda em feiras, supermercados, venda direta na agroindústria, entre outros. De acordo com a Figura 11, em torno de 31,6% das agroindústrias familiares fazem a venda direta ao consumidor nas dependências da própria agroindústria.

Figura 11: Destino da produção das agroindústrias



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa aplicada (2013).

Percebe-se também que 21,1% da produção das agroindústrias é comercializada em supermercados e da mesma forma em feiras. Outra destinação

dos produtos é para o Programa Nacional de Alimentação Escolar<sup>5</sup> (PNAE), sendo que em torno de 50% das agroindústrias familiares rurais citou-o como um dos locais para a venda de sua produção.

Trentin e Wesz Junior (2005) reforçam que, quando distribuído em comércios locais e regionais, o produto final da agroindústria familiar rural possuirá algumas vantagens. Além de estar incluída a identidade do território, terá uma origem conhecida, o que significa que ocorrerá uma valorização da região.

Referente à forma de registro e venda dos produtos das agroindústrias, em torno de 83,3% delas vendem seus produtos através do bloco de produtor rural. Estas agroindústrias também vendem através de cooperativa, ou seja, em torno de 33,3%. Apenas uma agroindústria familiar rural entrevistada efetua suas vendas sem registro.

Além disso, foi possível verificar que com a constituição da agroindústria familiar rural, a família passou a ter uma nova fonte de renda. A renda familiar de 66,7% dos produtores responsáveis era, antes da constituição da agroindústria, de, em média, menos de R\$500,00. Conforme se percebe pela Figura 12, o rendimento médio mensal passou a ser maior que R\$2.000,00, após a constituição da agroindústria familiar rural.

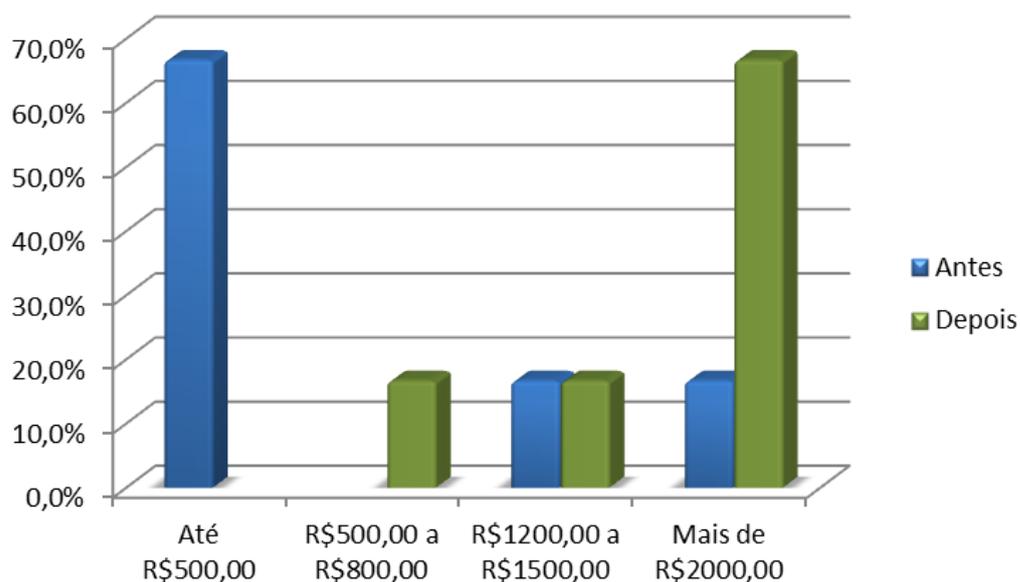
A agroindústria familiar rural tem um importante papel, tanto no âmbito econômico, como social do país. Prezotto *apud* Trentin e Wesz Junior (2005) diz que a agroindústria familiar rural é vista como uma das opções capazes de impulsionar a geração de novos empregos e de renda, especialmente para os agricultores familiares. Segundo o autor, dentre as vantagens da agroindústria familiar para a sociedade está à geração de renda através da agregação de valor aos produtos agropecuários.

Meneguice *et. al.* (2008) reforça que a agricultura familiar constitui importante estrutura produtiva para o desenvolvimento regional e local. Pois é através de atividades como, a produção de alimentos e fornecimento de matérias-primas para a agroindústria, que ocorre a geração de emprego, renda e disponibiliza produtos para atender ao mercado consumidor.

---

<sup>5</sup> Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, Art. 14: Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações [...] (BRASIL, 2009).

Figura 12: Rendimento médio mensal antes e depois da constituição da agroindústria



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa aplicada (2013).

Quando questionados sobre a qualidade de vida após a constituição da agroindústria, os responsáveis destacaram-se entre as colocações a melhora na renda e, conseqüentemente, nas condições financeiras da unidade familiar. Foram destacados também a aprendizagem, a inovação e os conhecimentos adquiridos com pessoas, grupos e experiências vividas como fatores importantes.

Conforme o produtor A relatou: “Houve melhora na qualidade de vida, pois tivemos a oportunidade de conseguir novos conhecimentos (pessoas, grupos, experiências), aprendizagem, condições financeiras, buscando o novo, inovando”. Através destes conhecimentos houve a facilitação do trabalho e uma maior participação social dos agricultores envolvidos com a agroindústria.

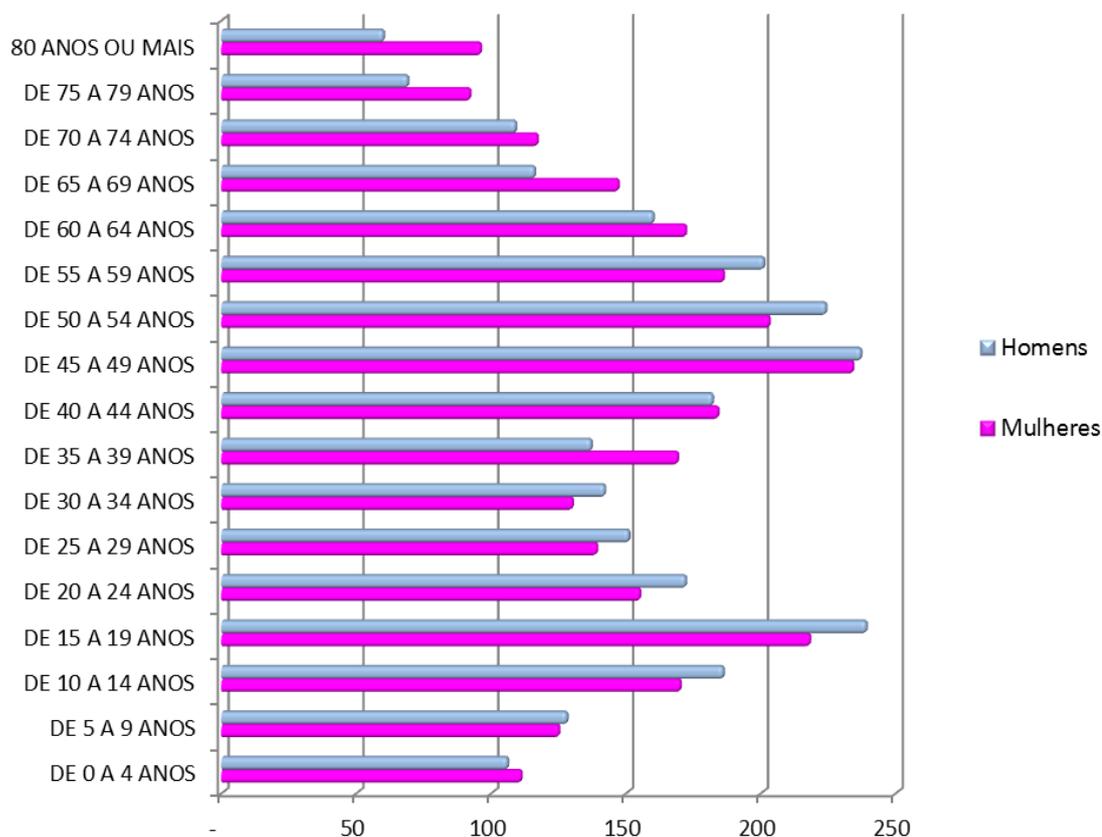
Para outros produtores, a agroindústria serviu como um meio de realização pessoal. De acordo com o relato do produtor B: “A agroindústria foi uma maneira de reunir forças e trabalho de várias famílias, em forma de união e desenvolvimento”. Os relatos dos produtores vêm ao encontro de Murdoch *apud* Mior (2007), o qual diz que os agricultores passam a vivenciar novos relacionamentos com outros agentes da cadeia produtiva. É neste processo que se estabelecem novas redes sociais que

poderão se constituir como base para a concretização de redes de aprendizagem e inovação.

Ao se introduzir o processo de agroindustrialização em determinada região, cria-se um acontecimento novo, novas oportunidades, novas necessidades e transforma-se uma região importadora de matéria-prima em exportadora de produtos agregados e proporcionadora de renda local (TEDESCO, 1999).

Atualmente, as agroindústrias enfrentam algumas dificuldades. A principal dificuldade enfrentada é a falta de mão de obra, em torno de 66,7% das agroindústrias citou este fato como um problema. Isso se deve ao envelhecimento da população do município e a emigração dos mais jovens, os quais não permanecem no campo devido às poucas oportunidades que lhes são oferecidas. Através da Figura 13, percebe-se que a população do município está, em grande parte, na faixa etária de 45 a 59 anos.

Figura 13: Faixa etária e sexo da população de Doutor Maurício Cardoso, RS em 2011



Fonte: Elaborado a partir de dados do FEEDADOS (2013).

Outras dificuldades enfrentadas pelas agroindústrias são a falta de recursos financeiros e a dificuldade em negociar com supermercados e/ou novos clientes. Foram citados também falta de suporte técnico, empecilhos para executar os projetos e pouco apoio do município.

Com base nesses dados apresentados, será feita, a seguir, uma análise dos resultados atingidos, procurando responder o problema de pesquisa levantado, sendo esse: “as agroindústrias familiares rurais existentes no município de Doutor Mauricio Cardoso, RS, proporcionam desenvolvimento econômico local”?

### 3.3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A partir dos dados primários e secundários coletados através de sites oficiais e da pesquisa aplicada, percebe-se que as agroindústrias familiares rurais trazem benefícios para os agricultores empreendedores, para as famílias envolvidas e, conseqüentemente, para o município através dos efeitos de encadeamento. A renda familiar foi a mais citada entre as melhorias ocorridas após a implantação da agroindústria.

As agroindústrias são relativamente recentes, pois suas iniciativas não ultrapassam 10 anos, ou seja, a criação das agroindústrias aconteceu principalmente a partir do ano de 2005 em Doutor Maurício Cardoso. Isso aconteceu devido às crises que ocorreram na agricultura nesta época, então a diversificação produtiva sobreveio como uma nova alternativa de renda familiar.

Os produtores das agroindústrias familiares obtiveram a ideia de constituí-la de anseios da família. Poucas tiveram sua iniciativa através de incentivos de amigos e do governo. Os incentivos por parte do governo surgiram há alguns anos. Um exemplo seria o Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE) que emergiu com propostas de obtenção dos alimentos da agricultura familiar em 2009. O PNAE foi várias vezes citado pelas agroindústrias, pois em torno de 50% delas entregam seus produtos através deste programa governamental.

Além do canal de vendas constituído através do PNAE, outros meios de efetuar as vendas dos produtos são diretamente nas dependências das agroindústrias, em supermercados e em feiras. As vendas são registradas principalmente através do bloco de produtor rural e da cooperativa.

Nas agroindústrias familiares rurais, a base trabalhadora é a família, onde o empreendimento pode ser associativo, agrupando uma ou mais famílias. No caso de Doutor Maurício Cardoso, 50% das agroindústrias existentes possuem uma família exercendo atividades nela, enquanto as demais possuem mais de uma atuando diretamente na agroindústria.

Uma das principais dificuldades enfrentadas pelas agroindústrias é a falta de mão de obra. Os jovens não estão permanecendo no município e são poucos que voltam a residir lá. Através da pirâmide da faixa etária de Doutor Maurício Cardoso, percebe-se que a população está envelhecendo e poucos são os jovens que permanecem residindo no município.

Após saírem da cidade para aprimorar seus estudos, poucos retornam para aplicar seus conhecimentos no local. Isso reflete na idade média do produtor responsável pela agroindústria, os quais em média possuem acima de 46 anos. Outro reflexo dos poucos jovens que permanecem no município é o nível de escolaridade dos produtores das agroindústrias (80% concluíram apenas o Ensino Fundamental).

Em relação aos insumos para a fabricação do produto, mais de 80% são provenientes da propriedade e, o restante, do próprio município. Isso demonstra que a agroindústria também pode estimular a produção de insumos dentro do município, contribuindo para que surjam novos fornecedores de matéria-prima e estes serem beneficiados com uma nova alternativa de renda familiar.

Ao relacionar o crescimento das agroindústrias familiares rurais com o VAB de Doutor Maurício Cardoso, percebe-se que o setor da agropecuária obteve crescimento de mais de 200% no período entre 2005 e 2010. Ademais, a participação da agropecuária no Valor Adicionado Bruto total é de 43,28%, ficando clara a importância desse setor para o município e sua capacidade para crescer ainda mais.

Quando se relaciona a criação das agroindústrias ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Doutor Maurício Cardoso, nota-se que houve um aumento na dimensão renda, ou seja, mais de 15% entre 2000 e 2010. A dimensão renda foi a que mais contribuiu para a elevação do IDHM do município.

A renda dos produtores rurais aumentou após a criação das agroindústrias, porém, não se pode afirmar a relação entre o pequeno percentual de agroindústrias

existentes no município e o aumento no nível de renda da população mauriciense apenas com o estudo das agroindústrias, visto que a renda do município também é proveniente do setor de serviços.

Ademais, não se pode afirmar que o aumento do setor da agropecuária, que foi de mais de 200% no período de 2005 a 2010, proveio apenas das atividades de agroindústrias, uma vez que este setor engloba várias atividades, como lavouras, produção animal, entre outras. Essas, por sua vez, deveriam ser estudadas em conjunto para poder fazer uma comparação e afirmação mais segura.

O fato das agroindústrias serem relativamente recentes no município de Doutor Maurício Cardoso repercute diretamente nos resultados, os quais ainda não foram completamente afetados pelo processo. Os ganhos trazidos pelo incremento da renda, por exemplo, não se revelam instantaneamente e, provavelmente demorarão mais algum tempo até que possam ser sentidos.

A administração municipal pode-se utilizar do estudo para analisar a viabilidade de estimular a implantação de uma maior quantidade de agroindústrias no município, visto que as mesmas trazem benefícios aos produtores. A melhora nas condições financeiras dos produtores, o aumento do PIB municipal e a arrecadação do município são condições a serem analisadas pelos administradores. Outro item a ser ponderado pela administração municipal é a permanência da população jovem em Doutor Maurício Cardoso, visto que ao criar condições de emprego e renda no local, estes podem permanecer e empreender no município.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O intuito desta pesquisa foi de verificar a relação entre o desenvolvimento e o crescimento econômico através de um estudo com as agroindústrias familiares rurais de Doutor Maurício Cardoso, município que pertence ao COREDE Fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul. Não apenas os termos crescimento e desenvolvimento são relevantes, destaca-se também a importância da agricultura a nível nacional, estadual e municipal.

A agricultura vem sofrendo transformações desde seus primórdios. Primeiro o homem era nômade e vivia da caça e da pesca. Com o tempo, foi descobrindo que poderia cultivar a terra, então começou a se estabelecer em localidades, tornando-se sedentário. Aos poucos, foi criando seus materiais e aperfeiçoando-os para melhor cultivar a terra e facilitar seu trabalho.

Após a Revolução Verde, grande marco na agricultura e na economia mundial, os sistemas de produção sofreram grandes alterações. A partir do ano de 1980, agricultores começaram a procurar novas alternativas para diversificar a produção e melhorar as condições de vida. Destas alternativas surgiram as agroindústrias familiares rurais.

Os agricultores familiares perceberam que seus produtos conservados para a subsistência da família poderiam ser comercializados. A agroindustrialização, ao proporcionar agregação de valor à matéria-prima existente na propriedade rural, gera aumento na renda familiar e no emprego do meio rural. O papel das agroindústrias familiares rurais é de fundamental importância para o município e região onde estão instaladas, visto que as mesmas propiciam aos produtores rurais melhora na renda e na qualidade de vida.

As agroindústrias familiares rurais de Doutor Maurício Cardoso são relativamente recentes, pois suas iniciativas não ultrapassam 10 anos. Isso aconteceu devido às crises que ocorreram na agricultura nesta época. A diversificação produtiva adveio como uma alternativa de renda familiar.

Os incentivos governamentais surgiram há alguns anos, sendo um exemplo o Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE), que emergiu com propostas de obtenção dos alimentos da agricultura familiar em 2009. Este programa foi citado

pelas agroindústrias, pois em torno de 50% delas entregam seus produtos através deste programa governamental.

Uma das principais dificuldades enfrentadas pelas agroindústrias é a falta de mão de obra. Os jovens não estão permanecendo no município e são poucos que voltam a residir em sua terra natal. Após saírem da cidade para aprimorar seus estudos, poucos voltam para aplicar seus conhecimentos no município. Isso também reflete na idade média do produtor responsável pela agroindústria, os quais em média possuem acima de 46 anos.

Em relação aos insumos para a fabricação do produto, mais de 80% são provenientes da propriedade e o restante do próprio município. Assim, verifica-se que a agroindústria também pode estimular a produção de insumos dentro do município, contribuindo para que surjam novos fornecedores de matéria-prima e estes serem beneficiados com uma nova alternativa de renda familiar.

Ao confrontar a criação das agroindústrias com o IDHM de Doutor Maurício Cardoso, nota-se que houve um aumento na dimensão renda, ou seja, mais de 15% entre 2000 e 2010. A dimensão renda foi a que mais contribuiu para a elevação do IDHM do município. A renda dos produtores rurais aumentou após a criação das agroindústrias, porém não se pode afirmar a relação entre o pequeno percentual de agroindústrias existentes no município e o aumento no nível de renda da população mauriciense apenas com o estudo das agroindústrias, visto que a renda do município também é proveniente, em grande parte, do setor de serviços.

A administração municipal pode-se utilizar do estudo para analisar a viabilidade de estimular a implantação de uma maior quantidade de agroindústrias no município, visto que as mesmas trazem benefícios aos produtores e a região como um todo. A melhora nas condições financeiras dos produtores, o aumento do PIB municipal e a arrecadação do município são condições a serem analisadas pelos administradores. Outro ponto a ser considerado pela administração municipal é a implementação de medidas para estimular a permanência da população jovem em Doutor Maurício Cardoso, contribuindo para um maior crescimento e posterior desenvolvimento da cidade.

Em um contexto geral, as agroindústrias familiares rurais propiciam desenvolvimento para a região onde estão instaladas. O governo pode fazer uso destas iniciativas rurais para estimular e propagar o desenvolvimento do município.

O fato das agroindústrias serem relativamente recentes no município de Doutor Maurício Cardoso repercute diretamente nos resultados, os quais ainda não foram completamente afetados pelo processo. Os ganhos trazidos pelo incremento da renda, por exemplo, não se revelam instantaneamente e, provavelmente demorarão mais algum tempo até que possam ser sentidos.

Com base nos dados apresentados e na análise dos resultados, o problema de pesquisa levantado pode ser respondido positivamente, pois as agroindústrias familiares rurais estão gerando desenvolvimento econômico local, visto que as mesmas trouxeram aumento na renda dos produtores, geraram empregos e aumentaram a qualidade de vida.

Contudo, percebe-se a necessidade de continuar os estudos, realizando outras pesquisas acerca das variáveis e dos indicadores analisados, bem como contemplando outras dimensões não analisadas no estudo, mas que também refletem sobre o crescimento da renda do município. Dessa forma, fica como sugestão para trabalhos futuros a análise da viabilidade para instalação de novas agroindústrias no município e alternativas para estimular a permanência dos jovens no meio rural.

## REFERÊNCIAS

- ACCARINI, J. H. **Economia rural e desenvolvimento**: reflexões sobre o caso brasileiro. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.
- ARAUJO, M. J. **Fundamentos de agronegócios**. 2. ed. 2. reimpr. São Paulo: Atlas, 2007.
- ARAUJO, N. B.; WEDEKIN, I.; PINAZZA, L. A. **Complexo agroindustrial**: o “Agribusiness” brasileiro. São Paulo: Suma Econômica, 238 p. [s.d.].
- BACHA, C. J. C.; LIMA, R. A. S. **Macroeconomia**: teoria e aplicações à economia brasileira. Campinas: Alínea, 2006.
- BALDWIN, R. E. **Desenvolvimento e crescimento econômico**. Tradução de Osmar Cândido Alves e Sonia Ruggiero. São Paulo: Pioneira, 1979.
- BARQUERO, A. V. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Tradução de Ricardo Brinco. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.
- BATALHA, M. O. (coord.). **Gestão agroindustrial**: GEPAL: Grupos de estudos e pesquisas agroindustriais. 3. ed. 3. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.
- BECKER, M. B. C. **Agroindústria e desenvolvimento**. União Brasileira de Escritores. Porto Alegre, 1989.
- BOTEGA, E. K.; CROVADOR, K. A.; SILVA, K. C.; PUDELKO, V.; OLIVEIRA, G. B. **Industrialização e desenvolvimento regional**: notas para reflexão. Revista FAE, Curitiba, v.9, n.2, p.79-86, jul./dez. 2006.
- BRASIL. Lei Nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra e dá outras providências. Disponível em: <<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1964/4504.htm>>. Acesso em: abril 2013.
- BRASIL. Lei Nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm)>. Acesso em out. 2013.
- BRUM, A. J. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. 12. ed. Petrópolis, RJ; Ijuí, RS: Vozes, 1993.
- BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. 4. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

CONTERATO, M. A.; FILLIPI, E. E. **Teorias do desenvolvimento**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica. Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

DALCIN, A. R. Z.; SCHUMACHER, A. M.; FEIX, D.; BELINASSO, M. E. R.; JULIANI, T. **Marcas que ficam**. 50 anos Escola Estadual de Educação Básica Dr. Maurício Cardoso. 1 ed. Doutor Maurício Cardoso: Gráfica Tucunduva, Novembro 2011.

DALLABRIDA, V. R.; BÜTTENBENDER, P. L. **Planejamento Estratégico Territorial: a experiência de planejamento do desenvolvimento na região Fronteira Noroeste – RS – Brasil**. Ijuí; Ed. UNIJUÍ, 2006.

DELFIN NETO, A. **Como as nações se desenvolvem?** In: CASTRO, Antônio B. de. [et. al.]. O futuro da indústria no Brasil e no mundo: os desafios do século XXI. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

DELGADO, N. G. **Papel e lugar do rural no desenvolvimento nacional**. Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Fevereiro de 2009. Disponível em: <<http://sistemas.mda.gov.br/condraf/arquivos/2036220256.pdf>>. Acesso em maio 2013.

FEIJÓ, R. **Desenvolvimento econômico**: modelos, evidências, opções políticas e o caso brasileiro. São Paulo: Atlas, 2007.

FONSECA, M. A. R. **Planejamento e desenvolvimento econômico**. São Paulo: Thompson, 2006.

FREDDO, M.; FREDDO, R. Z.; JULIANI, T. **No caminho das balsas: o transporte da madeira pelo rio Uruguai em Doutor Maurício Cardoso**. Ijuí: Ed. do autor, 2010.

Fundação de Economia e Estatística – FEEDADOS. Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/feedados/>>. Acesso em set. 2013.

GAZOLLA, M.; PELEGRINI, G. **A construção social dos mercados pelos agricultores**: o caso das agroindústrias familiares. VIII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural, Porto de Galinhas, Brasil, 2010.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002a.

GIL, A. C. **Técnicas de pesquisa em economia e elaboração de monografias**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002b.

GONZÁLEZ, B. C. de R.; COSTA, S. M. A. L. **Agricultura brasileira**: modernização e desempenho. Teoria Evidências Econômicas, v. 5, n. 10, p. 7-35. Passo Fundo, maio 1998.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Censo agropecuário 2006**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: abril 2013a.

\_\_\_\_\_. **IBGE Cidades**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=430673&search=rio-grande-do-sul|doutor-mauricio-cardoso>>. Acesso em: agosto 2013b.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. **O perfil da agroindústria rural no Brasil**. Uma análise com base nos dados do censo agropecuário 2006. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/resultpesq/4.pdf>>. Acesso em: abril 2013.

KALKMANN, M. L. **Situação atual e perspectivas para a agroindústria familiar no município de Horizontina**. Monografia. FAHOR. Horizontina: n.d., 2009.

KAYANO, J.; CALDAS, E. L. **Indicadores para o diálogo**. Texto de apoio da oficina 2. GT Indicadores, Plataforma Contrapartes Novib. Série Indicadores, São Paulo, 03 a 05 de junho de 2002. n. 08, Outubro, 2002.

KRELING, A. M. **Estudo da viabilidade técnica de implantação de agroindústria artesanal de geleias no município de Alto Paraíso-GO**, 2008. Disponível em: <[http://www.upis.br/pesquisas/pdf/agronomia/2009/Alini\\_Maria\\_Kreling\\_BT\\_Estudo\\_Viabilidade\\_Técnica\\_Implantação\\_Agroindústria\\_Artesanal\\_Geléias\\_Mun.pdf](http://www.upis.br/pesquisas/pdf/agronomia/2009/Alini_Maria_Kreling_BT_Estudo_Viabilidade_Técnica_Implantação_Agroindústria_Artesanal_Geléias_Mun.pdf)>. Acesso em: maio 2013.

LOURENÇO, G. M.; ROMERO, M. **Indicadores econômicos**. In: Economia empresarial / Fae Business School. Curitiba: Associação Franciscana de Ensino Senhor Bom Jesus, 2002.

LUCENA, R. B. de. **O papel da agricultura no desenvolvimento econômico brasileiro**, 1980/1998. Dissertação de mestrado. UFRGS. Porto Alegre, 2000.

MAIA, C. M. **A agroindústria familiar como estratégia para o desenvolvimento local**. Dissertação de mestrado. UNISC. Santa Cruz do Sul, 2008.

MARCONI, M. A., LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARTINS, S. R. O. **Desenvolvimento local: questões conceituais e metodológicas**. Interações. Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Vol. 3, N. 5, p. 51-59, Set. 2002.

MENEGUCE, B.; *et. al.* **Estudo de caso na agricultura familiar**: agroindústrias de derivados de cana-de-açúcar. Pato Branco, 2008. Disponível em: <[http://www.iapar.br/arquivos/File/zip\\_pdf/redereferencia/estudos\\_cana\\_redes.pdf](http://www.iapar.br/arquivos/File/zip_pdf/redereferencia/estudos_cana_redes.pdf)>. Acesso em: mar. 2013.

MIGUEL, L. A. (Org.). **Dinâmica e diferenciação de sistemas agrários**. Coordenado pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

MIOR, L. C. **Agricultura familiar, agroindústria e desenvolvimento territorial.** Colóquio Internacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. Florianópolis, 22 a 25 de agosto de 2007.

Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. **Agricultura familiar no Brasil e o censo agropecuário 2006.** Brasília, 2009. Disponível em: <<http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/2246122211.pdf>>. Acesso em mar. 2013.

\_\_\_\_\_. **Roteiro de elaboração de projetos agroindustriais para os territórios rurais.** Brasília, nov., 2007. Disponível em: <[www.cpact.embrapa.br/forum/roteiro.pdf](http://www.cpact.embrapa.br/forum/roteiro.pdf)>. Acesso em: maio 2013.

NORTH, D. C. **Custos de transação, instituições e desempenho econômico.** Tradução Elizabete Hart. 3. ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 2006.

NUNES, S. P. **O desenvolvimento da agricultura brasileira e mundial e a ideia de desenvolvimento rural.** Boletim Eletrônico Deser – Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais, Conjuntura Agrícola. nº. 157, março 2007.

PADILHA, P. R. P.; FERREIRA, A. M. R. M.; TRENTIN, I. C. L. **Viabilidade da agroindústria familiar orgânica.** XLIII Congresso da SOBER. Ribeirão Preto, 24 a 27 de julho de 2005.

PARKIN, M. **Economia.** Tradução de Cristina Yamagani. 8. ed. São Paulo: Addison Wesley, 2009.

PASSOS, C. R. M.; NOGAMI, O. **Princípios de economia.** 4. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

PELEGRINI, G.; GAZOLLA, M. **A agroindústria familiar no Rio Grande do Sul: limites e potencialidades a sua reprodução social.** Frederico Westphalen: URI, 2008.

\_\_\_\_\_. **A agroindustrialização como estratégia de reprodução social da agricultura familiar.** Estudos Sociológicos e Agrícolas. Rio de Janeiro, vol. 17, n. 2, 2009.

PERES, P. C.; RAMOS, V. G.; WIZNIEWSKY, C. R. F. **A produção de derivados da cana-de-açúcar como alternativa para a agricultura familiar: estudo de caso na agroindústria familiar rural Lazzaretti e Picolotto – Constantina/RS.** XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, São Paulo, 2009, pp. 1-19. Disponível em: <[http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Peres\\_PC.pdf](http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Peres_PC.pdf)>. Acesso em: abril 2013.

Portal do Desenvolvimento Local. Institucional. Disponível em <<http://www.portaldodesenvolvimento.org.br/institucional/>>. Acesso em: agosto 2013.

PRADO JÚNIOR, C. **História econômica do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 2008.

PREBISCH, R. **O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais**. Organização das Nações Unidas, nº de venda: 62.II.G.I./n: CEPAL, Boletín económico de América Latina, vol VIII, nº 1, Santiago do Chile, 1962.

Prefeitura Municipal de Doutor Maurício Cardoso. História. Disponível em: <<http://www.pdrmcad.com.br/Publico/PConteudo.aspx?ID=58>>. Acesso em: agosto 2013.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Disponível em <<http://www.pnud.org.br/>>. Acesso em: abril 2013a.

\_\_\_\_\_. Desenvolvimento humano e IDH. Atlas 2003. **Atlas de desenvolvimento humano no Brasil**. 2003. Disponível em: <[http://www.pnud.org.br/IDH/Atlas2003.aspx?indiceAccordion=1&li=li\\_Atlas200](http://www.pnud.org.br/IDH/Atlas2003.aspx?indiceAccordion=1&li=li_Atlas200)>. Acesso em: maio 2013b.

\_\_\_\_\_. Atlas 2013. **Faixas IDHM**. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso em set. 2013c.

\_\_\_\_\_. Atlas Brasil 2013. O Atlas. **Perguntas frequentes**. Disponível em: <[http://atlasbrasil.org.br/2013/o\\_atlas/perguntas\\_frequentes](http://atlasbrasil.org.br/2013/o_atlas/perguntas_frequentes)>. Acesso em set. 2013d.

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. Decreto nº. 3.991, de 30 de Outubro de 2001. Disponível em <<http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/institucional/decretopronaf>>. Acesso em: maio 2013.

RAMBO, A. G. **Análise escalar das dinâmicas territoriais de desenvolvimento e as contribuições da nova sociologia econômica e nova economia institucional: um estudo de experiências no noroeste gaúcho**. Tese de doutorado. UFRGS. Porto Alegre, 2011.

RIO GRANDE DO SUL. Lei Nº 10.283, de 17 de outubro de 1994. Dispõe sobre a criação dos COREDES – Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul. Disponível em: <[http://www.consultapopular.rs.gov.br/conteudo\\_puro.asp?ta=1&modo\\_exibicao=&cod\\_menu=31](http://www.consultapopular.rs.gov.br/conteudo_puro.asp?ta=1&modo_exibicao=&cod_menu=31)>. Acesso em out. 2013.

RODRIGUES, L. A., MARIETTO, M. L. **Agronegócio: inovação e gestão rumo à sustentabilidade**. Revista Sapere. ISSN 2176-9044. v. 2, nº. 2, julho a dezembro de 2010.

ROSSETTI, J. P. **Contabilidade social**. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 1995.

\_\_\_\_\_. **Introdução à economia**. 20 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. Introdução de Rubens Vaz da Costa. Tradução de Maria Sílvia Possas. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

SIMÕES, R. S.; BARACAT, M. C. P.; LIMA, R. **Dicionário etimológico: termos médicos**. [s.d.]. Disponível em <[http://www.simoeadvogados.com/med/arquivos/dicionario\\_etimologico.pdf](http://www.simoeadvogados.com/med/arquivos/dicionario_etimologico.pdf)>. Acesso em maio 2013.

SINGER, P. **Desenvolvimento e crise**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

SMITH, A. **A riqueza das nações**. Vol. 1. Tradução de Alexandre A. Rodrigues e Eunice Ostrensky. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

SOUZA, N. A. **Economia brasileira contemporânea: de Getúlio a Lula**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SOUZA, N. J. **Desenvolvimento econômico: capítulos complementares ao livro desenvolvimento econômico**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

SOUZA, N. J. **Desenvolvimento econômico**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar: realidade e perspectivas**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

TRENTIN, I. C. L.; WESZ JUNIOR, V. J. **Desenvolvimento territorial com agroindústrias familiares**. XLIII Congresso da SOBER. Ribeirão Preto, 24 a 27 de julho de 2005. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/2/468.pdf>>. Acesso em: abril 2013.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

VILCKAS, M.; NANTES, J. F. D. **Planejamento e Agregação de Valor nos Empreendimentos Rurais**. In: ZUIN, Luis Fernando Soares; QUEIROZ, Timóteo Ramos (org.). **Agronegócios Gestão Inovação**. São Paulo: Saraiva 2006.

WESZ JUNIOR, V. J.; TRENTIN, I. C. L.; FILIPPI, E. E. **Os reflexos das agroindústrias familiares para o desenvolvimento das áreas rurais no Brasil**. IV Congresso Internacional de la Red SIAL. Argentina, Mar del Plata, 27 a 31 de Outubro de 2008.

ZUIN, L. F. S.; QUEIROZ, T. R. **Gestão e inovação nos agronegócios**. In: ZUIN, Luis Fernando Soares; QUEIROZ, Timóteo Ramos (org.). **Agronegócios Gestão e Inovação**. São Paulo: Saraiva 2006.

ZULIAN, A.; COSTA, M. L.; DORR, A. C. **Agroindústrias familiares: uma análise da agregação de valor**. "Desenvolvimento Econômico: Novas Oportunidades". Livro de Artigos/ XI Seminário de Economia Industrial; XI Seminário de Jovens Pesquisadores, Araraquara, 11 – 13 de agosto de 2010 (Brasil) – GEEIN – UNESP, 2010.

## APÊNDICE 1

### QUESTIONÁRIO DE PESQUISA ACADÊMICA

ASSUNTO: Agroindústrias do município Doutor Maurício Cardoso, RS

AGROINDÚSTRIA (opcional): \_\_\_\_\_

RESPONSÁVEL/CARGO (opcional): \_\_\_\_\_

#### INSTRUÇÕES:

Em virtude da realização do curso de graduação em Ciências Econômicas da Faculdade Horizontina (FAHOR), RS, venho por meio deste, solicitar resposta às seguintes informações referentes à agroindústria familiar rural, principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento e o crescimento econômico que as agroindústrias proporcionam ao município de Doutor Maurício Cardoso.

Além de assinalar a melhor alternativa, caso queira responder algo mais específico deixo a critério da agroindústria, agradecendo antecipadamente a possibilidade. A identificação da agroindústria, responsável e cargo são dados opcionais. As informações disponibilizadas aqui serão inteiramente sigilosas, apenas utilizadas, de forma agregada, para fundamentar a monografia da aluna.

Agradeço desde já a atenção e me coloco a disposição para fornecer-lhes uma cópia de minha monografia, quando concluída, caso seja de seu interesse.

#### QUESTÕES:

1. Quais são os produtos gerados nesta agroindústria?

.....  
.....  
.....

2. Todos os produtos gerados são comercializados?

( ) Sim.

( ) Não. Qual(is):.....

3. Qual a produção mensal de cada produto, quantidade e valor?

- a. ....
- b. ....
- c. ....
- d. ....
- e. ....
- f. ....

- g. ....
- h. ....
- i. ....

4. Há quanto tempo esta agroindústria existe?

- a. ( ) a mais de 10 anos.
- b. ( ) a mais de 5 anos.
- c. ( ) a mais de 2 anos.
- d. ( ) a menos de 2 anos.
- e. ( ) a ..... meses.

5. Quantas unidades familiares trabalham diretamente nesta agroindústria?

- a. ( ) ..... famílias.
- b. ( ) Nenhuma família.

6. De onde obteve a ideia de criar uma agroindústria?

- a. ( ) da própria família.
- b. ( ) do governo: ( ) municipal. ( ) estadual. ( ) federal.
- c. ( ) de um meio de comunicação.
- d. ( ) de um amigo.
- e. ( ) de associações, cooperativas.
- f. ( ) outro: .....

7. Qual a origem dos insumos?

- a. ( ) do próprio estabelecimento.
- b. ( ) dos arredores do município.
- c. ( ) importados de outra cidade, região.
- d. ( ) de famílias vizinhas.
- e. ( ) outro: .....

8. Qual é o destino da produção?

- a. ( ) supermercados da cidade.
- b. ( ) venda em feiras.
- c. ( ) venda direta.
- d. ( ) intermediário.
- e. ( ) exportação (outra região/município):.....
- f. ( ) outro:.....

9. Com a formação da agroindústria, a renda familiar obteve alterações?

- a. ( ) melhorou a renda em aproximadamente R\$..... ao mês.
- b. ( ) piorou a renda em aproximadamente R\$.....ao mês.
- c. ( ) a renda familiar não se alterou.
- d. ( ) outro:.....

10. Quais são as principais dificuldades enfrentadas? Enumerar por ordem de importância (não é necessário assinalar todos os itens).

- a.  recursos financeiros (capital de giro).
- b.  escoamento da produção.
- c.  dificuldade em negociação com supermercados e/ou novos clientes.
- d.  mão de obra.
- e.  outra:.....

11. Quantas pessoas trabalham na agroindústria? .....

12. Qual a quantidade de colaboradores do sexo masculino e feminino da agroindústria?

Homens                       Mulheres

13. Qual a idade do produtor/responsável?

- a.  menos que 16 anos
- b.  16 a 25 anos
- c.  26 a 35 anos
- d.  36 a 45 anos
- e.  acima de 46 anos

14. Qual a escolaridade dos colaboradores da agroindústria (em quantidade)?

- a. Analfabeto: .....pessoas
- b. Ensino fundamental incompleto: ..... pessoas.
- c. Ensino fundamental completo: .....pessoas.
- d. Ensino médio incompleto: .....pessoas.
- e. Ensino médio completo: .....pessoas.
- f. Ensino superior incompleto: .....pessoas.
- g. Ensino superior completo: .....pessoas.

15. Qual a forma de registro da agroindústria?

- a.  venda via bloco de produtor.
- b.  sociedade.
- c.  sem registro.
- d.  cooperativa.
- e.  outro:.....

16. Houve melhoria na qualidade de vida e emprego? Por quê?

.....  
.....  
.....

.....  
.....  
.....

17. Qual era o rendimento médio mensal obtido das atividades realizadas anteriormente ao trabalho na agroindústria?

- a. ( ) até R\$ 200,00
- b. ( ) R\$ 200,00 a R\$ 500,00
- c. ( ) R\$ 500,00 a R\$ 800,00
- d. ( ) R\$ 800,00 a R\$ 1.100,00
- e. ( ) R\$ 1.100,00 a R\$ 1.500,00
- f. ( ) mais de R\$ 1.500,00

18. Qual é o rendimento médio mensal obtido atualmente?

- a. ( ) até R\$ 200,00
- b. ( ) R\$ 200,00 a R\$ 500,00
- c. ( ) R\$ 500,00 a R\$ 800,00
- d. ( ) R\$ 800,00 a R\$ 1.100,00
- e. ( ) R\$ 1.100,00 a R\$ 1.500,00
- f. ( ) mais de R\$ 1.500,00

## APÊNDICE 2

### QUESTIONÁRIO DE PESQUISA ACADÊMICA

ASSUNTO: Agroindústrias do município Doutor Maurício Cardoso, RS

INSTITUIÇÃO (opcional): \_\_\_\_\_

RESPONSÁVEL/CARGO (opcional): \_\_\_\_\_

#### INSTRUÇÕES:

Em virtude da realização do curso de graduação em Ciências Econômicas da Faculdade Horizontina (FAHOR), RS, venho por meio deste, solicitar resposta às seguintes informações referentes à agroindústria familiar rural, principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento e o crescimento econômico que as agroindústrias proporcionam ao município de Doutor Maurício Cardoso.

Além de assinalar a melhor alternativa, caso queira responder algo mais específico deixo a critério da agroindústria, agradecendo antecipadamente a possibilidade. A identificação da agroindústria, responsável e cargo são dados opcionais. As informações disponibilizadas aqui serão inteiramente sigilosas, apenas utilizadas, de forma agregada, para fundamentar a monografia da aluna.

Agradeço desde já a atenção e me coloco a disposição para fornecer-lhes uma cópia de minha monografia, quando concluída, caso seja de seu interesse.

#### QUESTÕES:

1. Quais as principais atividades não agrícolas desenvolvidas no município?
2. Quais as causas que levaram os agricultores se dedicarem às atividades não agrícolas no município e na região?
3. Qual a importância do município e da região para o desenvolvimento local?
4. Como os agricultores estão modificando o seu modo de vida?
5. Quais os principais problemas e perspectivas para o meio rural do município?
6. Qual é o papel da agroindústria familiar e como esta vem atuando na geração de novas formas de obtenção de renda para os agricultores familiares?
7. Qual é o atual número de “agroindústrias” em Doutor Maurício Cardoso?

8. Qual é o atual número de “agricultores em agroindústrias”?
9. Quais os efeitos da atuação da organização sobre a localidade (pensar em termos de ordenamento do território, atividades econômicas, manutenção dos recursos naturais, etc.) e sobre o bem-estar da população?
10. Que problemas a atuação da EMATER enfrenta na localidade e como busca resolvê-los?
11. Qual a importância da agricultura para o município?
12. Quais seriam as características adequadas para ser um agricultor familiar nos dias de hoje?
13. Quais os principais problemas ligados à atividade agrícola no município?
14. Que políticas de âmbito nacional têm interferido na dinâmica local?
15. Que setores da sociedade o(a) senhor(a) destacaria como sendo os mais importantes para o desenvolvimento local?
16. Que instituições ou organizações o(a) senhor(a) destacaria como importantes para liderar um processo de desenvolvimento local?